

ACTA N.º 22

----- ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA NO DIA SETE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E SEIS:-----

----- Aos sete dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e seis, nesta Vila de Odemira, Edifício dos Paços do Concelho e Sala das Sessões da Câmara Municipal, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal, tendo comparecido para o efeito, os Senhores: António Manuel Camilo Coelho, Cláudio José dos Santos Percheiro, José Alberto Candeias Guerreiro, Manuel da Silva Cruz, Carlos Alberto Silva Oliveira, Abílio José Guilherme Bejinha, Hélder António Guerreiro, o primeiro Presidente e, os restantes, Vereadores desta Câmara Municipal, tendo assistido à reunião a Técnica Superior de Ciência Política, Elisabete Maria de Oliveira Inácio, no impedimento legal do Chefe da Divisão Financeira, Salustiano Loures Lourenço. -----

----- **APROVAÇÃO DA ACTA N.º 21, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL EM 16-11-2006** :- Em primeiro lugar, procedeu-se à distribuição de fotocópias da acta n.º 21, da Reunião Ordinária da Câmara Municipal, realizada em 16-11-2006 que, depois de lida e aprovada, por unanimidade, foi devidamente assinada. -----

----- **1. - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- Pelas catorze horas e trinta minutos e depois de verificada a presença de todos os membros da Câmara, o Senhor Presidente declarou, nos termos da Lei, aberta a reunião. -----

----- **1.1. - INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- 1 - Intervenção do Senhor Presidente. -----

----- Novembro -----

----- Dia 3 – Deslocou-se à freguesia de S. Luís, acompanhado do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, José Alberto Guerreiro, onde com a Sr.ª Presidente da Junta e um dos Vogais visitaram diversos locais, analisaram e debateram diversos assuntos com interesse para

a freguesia.-----

----- Presidiu à reunião do Conselho Cinegético Municipal marcada para a data, onde foram analisados e prestado o parecer respectivo a alguns processos entrados no que se refere a ordenamento cinegético.-----

----- Presidiu ao Conselho Geral da Fundação Odemira, onde como pontos mais relevantes, entre outros foram aprovados o Plano de Actividades e Orçamento de Exploração daquela Instituição. No final da reunião e a convite dos Órgãos Sociais da Fundação Odemira, houve uma deslocação ao Restaurante – Escola Guarda Rios, o qual foi cedido pelo Município para formação escolar e curricular dos alunos da Escola Profissional no ramo da restauração, cozinha, mesa e bar, onde teve lugar o jantar de inauguração, com a presença de diversas individualidades locais.-----

----- Dia 6 – Deslocou-se à Direcção de Estradas de Beja, acompanhado do Chefe de Divisão da Rede Viária e Espaços Urbanos, Eng.º Luís Filipe Lourido, onde reuniu com o Sr. Director de Estradas do Distrito de Beja, abordando e debatendo diversos assuntos relacionados com a rede nacional de estradas no Concelho de Odemira.-----

----- Esteve presente, por convocatória do Tribunal de Odemira, para ser ouvido na audiência em julgamento de um processo de Contra-Ordenação instaurado à Wellpict Portugal pelo Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, relacionado com matéria plástica de estufas, que vem desde o tempo da Odefruta, na localidade de Azenha do Mar (Herdade da Azenha).-----

----- Reunião com o Sr. Presidente da Direcção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Odemira, a pedido do mesmo, na qual foram abordados e debatidos vários aspectos da vida daquela instituição, designadamente das suas dificuldades e necessidades mais prementes.-----

----- Deslocou-se a diversas zonas das freguesias de Sabóia, Pereiras-Gare e Santa Clara-a-

Velha, onde permaneceu durante a noite e madrugada, com os Bombeiros de Odemira, Guarda Nacional Republicana, equipas do Município e diversos populares, no apoio à população devido às chuvas torrenciais que haviam ocorrido e que motivaram grandes cheias, com enormes prejuízos em habitações de diversas pessoas (23 habitações), equipamentos públicos, culturas agrícolas, animais, etc.-----

----- O Plano Municipal de Protecção Civil foi activado.-----

----- Dia 7 – Deslocou-se de novo à zona atingida pela intempérie onde visitou as pessoas atingidas e pode constatar em plenitude a extensão dos prejuízos resultantes daquele facto.-----

----- Da parte da tarde reuniu a Comissão Municipal de Operações de Socorro, onde foi feito o ponto da situação por cada sector envolvido, tendo sido determinado que no prazo limite de 10 (dez) dias, cada uma das entidades fizesse chegar ao Gabinete de Apoio ao Presidente da Câmara um relatório circunstanciado dos acontecimentos, prejuízos materiais particulares e públicos, por forma a elaborar o relatório final, a fim deste ser entregue ao Senhor Governador Civil do Distrito de Beja, Centro Distrital de Operações de Socorro e Governo.-----

----- Dia 9 – Reuniu com a Empresa Florasul, a qual tem uma parceria com o Município no âmbito do Ordenamento Florestal, Cartografia e Defesa da Floresta Contra Incêndios, onde foi feito o ponto da situação do Plano Municipal respectivo, candidatura ao AGRIS 3-4, candidatura ao Fundo Florestal Permanente, Plano Regional de Ordenamento Florestal e implementação das ZIF's – Zonas de Intervenção Florestal, no Concelho.-----

----- Reuniu em Vila Nova de Milfontes com a EDP-Electricidade de Portugal, onde foi feito o ponto da situação de diversas acções e projectos daquela empresa no terreno, com uma deslocação à zona de Caiada na Área de Fraccionamento Ilegal de Propriedade Rústica, face ao pedido de electrificação de uma construção por parte de uma proprietária de benfeitoria, em tempo presente a uma reunião do Executivo Municipal.-----

----- Recebeu por breves minutos Sua Excelência o Secretário de Estado da Administração

Interna, o qual em viagem para o Algarve, acedeu a passar por Odemira, para tomar conhecimento do que havia acontecido na madrugada do dia 6 com as grandes chuvadas na zona serrana.-----

----- Foi apresentado um conjunto de fotografias, e bem assim, entregue um primeiro relatório preliminar relativo ao 1.º conhecimento havido pela Vereação no local no dia seguinte às cheias.-----

----- Estiveram igualmente presentes o Senhor Governador Civil, o Coordenador Distrital do CDOS, Eng.º Canudo Sena, o Comandante dos Bombeiros Sr. Nazário Viana, o Vice-Presidente da Câmara, Vereador José Alberto e o Vereador Hélder Guerreiro, por algum tempo. - -----

-----Reuniu seguidamente com o Comandante do Destacamento da GNR em Vila Nova de Milfontes, Tenente Nuno Santos, tendo sido abordados e debatidos diversos aspectos em que a competência e actuação de ambas as entidades se cruzam e complementam e, bem assim, as obras de reforço da segurança estrutural do sobrado e muro de suporte do Posto da GNR em Odemira, as quais são muito necessárias, devendo ainda verificar se é possível proceder a pequenos retoque e pintura geral, tudo situações que aquela Instituição pede o apoio municipal para ajudar a resolver.-----

----- Dia 10 – Esteve presente na Biblioteca Municipal José Saramago em Odemira, tendo procedido à abertura da cerimónia de apresentação do livro do Dr. António Martins Quaresma, editado pelo Município, relativo à Comemoração dos 750 anos do Foral de Odemira (Afonso).-----

----- Dia 13 – Deslocou-se a Sabóia onde reuniu com um dos proprietários de um edifício naquela sede de freguesia, que se situa na zona do Canal de Escoamento de Águas e que há anos se procura resolver no sentido de permitir a passagem de uma nova conduta pluvial que desvie as águas do centro da localidade. -----

----- Foi acompanhado do Sr. Presidente da Junta Sr. Manuel José. -----

----- Ficou assente que haverá nova reunião brevemente, dado ser necessário o proprietário presente, obter consenso dos restantes para se realizar eventual negociação. -----

----- Deslocou-se ao escritório do Sr. Dr. João Abreu, em Almada, o qual está a preparar o contraditório ao Relatório Principal elaborado pela IGAT – Inspeção Geral da Administração do Território, com base na Inspeção Ordinária Sectorial, levada a cabo por aquela Inspeção-Geral. -- -----

----- Foi acompanhado pela Dr.^a Rute Palma, da Divisão de Contencioso e Assessoria Jurídica do Município de Odemira. -----

----- Dia 16 – Reunião com a Sociedade “A Céu Aberto” relativamente ao ponto de situação do processo “Eco-Parque de Odemira”, tendo em atenção a calendarização programada pela API-Agência Portuguesa para o Investimento e o efectivo andamento do processo de alteração ao PDM de Odemira, junto da CCDR Alentejo. -----

----- Deslocou-se a Beja às instalações do Centro de Formação Profissional de Beja, onde a convocatória do Senhor Governador Civil do Distrito de Beja decorreu uma reunião com os agentes da Protecção Civil Distrital, a fim de fazer o ponto da situação e tomar conhecimento aproximado dos prejuízos Município a Município e no geral a nível distrital. -----

----- Dia 17 – Deslocou-se a Évora onde nas instalações da CCDR-Alentejo teve lugar a reunião da Comissão de Acompanhamento à alteração do PDM de Odemira, em termos de concertação entre entidades e, de onde resultou uma proposta de redacção final, devendo os membros da Comissão pronunciar-se no prazo de 10 dias. -----

----- Ainda na CCDR-Alentejo reuniu com os Serviços de Ordenamento do Território, a fim de fazer o ponto da situação dos Planos de Pormenor das Zonas ZE2 e ZE3 em Vila Nova de Milfontes e AUGI do Brejinho em Zambujeira do Mar. -----

----- Dia 21 – Deslocou-se a Évora onde nas instalações da CCDR-Alentejo tiveram lugar

de manhã e tarde duas reuniões sectoriais do PROT-Alentejo ao nível de Sub-Comissões, nas vertentes Ambiente e Protecção Civil.-----

----- Dia 22 – Deslocou-se a Grândola, onde nas instalações da AMLA teve lugar uma reunião com a Empresa Augusto Martins & Assoridados, a qual foi contratada pela AMLA para elaborar um Plano Estratégico para o Litoral Alentejano.-----

----- Ainda em Grândola, presidiu à reunião do Conselho Directivo da AMLA, com a ordem de trabalhos distribuída.-----

----- Dia 23 – Procedeu à abertura do Seminário organizado pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Odemira, no auditório da Biblioteca Municipal José Saramago, o qual analisou e debateu o trabalho efectuado e as perspectivas no âmbito da Protecção a Crianças e Jovens, assinalando-se o Dia Mundial da Criança.-----

----- À tarde deslocou-se de novo à Biblioteca onde teve lugar a inauguração do Centro de Recursos Psíco-Pedagógicos.-----

----- Dia 27 – Reuniu com a Empresa Ratisbona, proprietária dos Supermercados Aldi, relativamente a uma queixa havida sobre o ruído provocado por vezes, por um gerador de apoio ao Serviço de Incêndios, o qual periodicamente faz um autoteste, fora do horário normal da actividade.-----

----- Dia 28 – Deslocou-se a Beja onde reuniu com o Senhor Governador Civil de Beja e o Senhor Comandante do Grupo da GNR de Beja acerca da situação dos Postos do Concelho e, também de eventuais novas instalações da GNR em Odemira.-----

----- A convite da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Odemira esteve presente na reunião da Assembleia Geral onde foram aprovados o Orçamento e Plano de Actividades para 2007.-----

----- Dia 30 – Reunião com a Associação Vida por Vida - Pró-Bombeiros de Vila Nova de Milfontes, onde foi feito o ponto da situação do processo para criação da Associação de

Bombeiros Voluntários e foi equacionado um apoio financeiro para conclusão dos Serviços de Apoio às Instalações.-----

----- Dezembro -----

----- Dia 4 – Deslocou-se a Santiago do Cacém, onde a convite da Direcção da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo acompanhou o Senhor Presidente da República na cerimónia de inauguração da grande remodelação das instalações, na qualidade de Presidente da Câmara e Presidente do Conselho de Administração da AMLA – Associação de Municípios do Litoral Alentejano. -----

----- Esteve presente na Assembleia Geral dos Serviços Sociais dos Trabalhadores do Município de Odemira, onde foi aprovado o Orçamento para o ano de 2007. -----

----- 2 – Intervenção do Senhor Vereador Carlos Alberto Silva Oliveira. -----

----- Dia 22/11/2006 – Esteve presente numa reunião com a Fundação Odemira, com vista à elaboração de estratégias que permitam uma boa implementação do Centro de Reconhecimento e Validação de Conhecimentos e Competências. -----

----- Dia 27/11/2006 – Esteve presente numa reunião com o Centro de Emprego de Aljustrel. -----

----- Dia 30/11/2006 – Esteve presente na cerimónia de assinatura do Protocolo de Cedência do Terreno à Vida por Vida – Associação Pró-Bombeiros em Vila Nova de Milfontes. -----

----- 3 – Intervenção do Senhor Vereador Hélder António Guerreiro. -----

----- Novembro -----

----- Dia 18 – Presença na Corte Brique na actividade Sonoridades e Sabores promovida em parceria entre as Juntas de Freguesia de Sabóia, Santa Clara-a-Velha e S. Martinho das Amoreiras, a Associação de Desenvolvimento de Amoreiras-Gare e o Município de Odemira. Esta actividade promoveu o património oral do Concelho. -----

----- Presença na inauguração da exposição de Fotografia da responsabilidade de Luís Guerreiro, relativa a trabalho desenvolvido ao longo do ano de 2006 na cobertura às actividades desportivas organizadas pelo Município. -----

----- Dia 22 – Presença no almoço no Castro da Cola, no Concelho de Ourique, onde esteve presente a Senhora Ministra da Cultura, que se encontrava em visita a alguns concelhos do Distrito de Beja.-----

----- Dia 23 – Presença no Colóquio da CPCJ, integrado na semana das Comemorações do 17.º Aniversário dos Direitos das Crianças. -----

----- Dia 27 – Presença a convite do Senhor Presidente da Região de Turismo da Planície Dourada, no Conselho Regional dessa Região de Turismo. Foi debatido e tomada posição sobre a proposta de mapa para as novas Agências Regionais de Turismo.-----

----- Dias 29 e 30 – Presente no Congresso Internacional sobre Turismo e Património em Leiria, organizado pelo Instituto Politécnico de Leiria.-----

----- Dezembro -----

----- Dia 01 – Presente no “Cross dos Cavaleiros”, em Vale de Santiago, com a participação de mais de 300 atletas dos melhores clubes nacionais.-----

----- **1.1. - ADITAMENTO À ORDEM DE TRABALHOS** -----

----- 1 - ASSUNTO N.º 1036-2006 - PROPOSTA DE ADITAMENTO À ORDEM DE TRABALHOS-----

----- Devido à urgência de que se reveste uma tomada de posição pela Ex.ma Câmara Municipal, o Senhor Presidente propôs a inclusão do seguinte assunto à ordem de trabalhos: ----

----- - Relatório Cheias e Inundações 5/6 Novembro de 2006.-----

----- Propõe-se aprovar a inclusão do referido assunto na ordem de trabalhos da presente reunião. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos

termos propostos.-----

----- **2. - ORDEM DO DIA** -----

----- **2.1. - ORGÃOS DA AUTARQUIA** -----

----- **2.1.1. - GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA** -----

----- 1 - **ASSUNTO N.º 0988-2006 - TOMADA DE POSSE DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA LIGA DOS AMIGOS DO HOSPITAL DE BEJA**-----

----- Foi presente carta, dos recém empossados dos Corpos Sociais da Liga dos Amigos do Hospital de Beja, a apresentar cumprimentos. -----

----- Propõe-se que seja tomado o devido conhecimento. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal tomou o devido conhecimento. -----

----- 2 - **ASSUNTO N.º 0989-2006 - ENVIO DE DOCUMENTOS - ASSOCIAÇÃO DE REFORMADOS E IDOSOS DE VILA NOVA DE MILFONTES**-----

----- Foi presente ofício nº 209/2006, datado de 22/11/2006, da Associação de Reformados e Idosos de Vila Nova de Milfontes, a enviar a Conta de Exploração Previsional e Orçamento de Investimentos e Desinvestimentos, bem como o Plano de Actividades para o ano de 2007. --

----- Propõe-se que seja tomado o devido conhecimento. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal tomou o devido conhecimento. -----

----- 3 - **ASSUNTO N.º 0990-2006 - GRANDES OPCÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2007 - AMAGRA**-----

----- Foi presente ofício nº 506, datado de 24/11/2006, da AMAGRA – Associação de Municípios Alentejanos para a Gestão Regional do Ambiente, a enviar um exemplar das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2007. -----

----- Propõe-se que seja tomado o devido conhecimento. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal tomou o devido conhecimento. -----

----- 4 - **ASSUNTO N.º 0991-2006 - MOÇÃO SOBRE A LEI DAS FINANÇAS LOCAIS**-----

----- Foi presente informação n.º 16/2006, datada de 04/12/2006, do Gabinete de Apoio do Presidente, a acusar a recepção da moção sobre a Lei das Finanças Locais por parte do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português e da Casa Civil do Senhor Presidente da República.-----

----- Propõe-se que seja tomado o devido conhecimento. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.-----

----- 5 - ASSUNTO N.º 0992-2006 - ENVIO DE TEXTO - ORÇAMENTO DO ESTADO PARA O ANO DE 2007-----

----- Foi presente ofício n.º 18345-919CC/06, datado de 07/11/2006, do PCP – Partido Comunista Português a enviar o texto da Conferência de Imprensa sobre o Orçamento de Estado para o ano de 2007.-----

----- Propõe-se que seja tomado o devido conhecimento. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.-----

----- 6 - ASSUNTO N.º 0993-2006 - BOLETIM ANMP - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES-----

----- Foi presente ofício circular n.º 151/2006-CO, datado de 08/11/2006, da Associação Nacional de Municípios Portugueses, enviando alguns exemplares do Boletim n.º 151, daquela Associação, referente ao mês de Outubro. -----

----- Propõe-se que seja tomado o devido conhecimento. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.-----

----- 7 - ASSUNTO N.º 0994-2006 - ESTUDO DE VIABILIDADE DO IC 4 - ESTRADAS DE PORTUGAL-----

----- Foi presente ofício n.º 158616, datado de 10/11/2006, das Estradas de Portugal, no qual dá conhecimento que o Estudo de Viabilidade do IC 4 deverá ser adjudicado a curto prazo. -----

----- Propõe-se que seja tomado o devido conhecimento. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal tomou o devido conhecimento. -----

----- 8 - ASSUNTO N.º 0995-2006 - PROPOSTA DE FORNECIMENTO DE SERVIÇO TV CABO-----

----- Foi presente fax, datado de 02/11/2006, enviado pela empresa TV Cabo Portugal S.A., relativamente à proposta anteriormente apresentada em Reunião Ordinária da Excelentíssima Câmara Municipal em 16 de Novembro de 2006, tendo sido deliberado pela mesma retirar o assunto para melhor apreciação técnica. -----

----- Propõe-se a apreciação da referida proposta. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos. -----

----- 9 - ASSUNTO N.º 0996-2006 - POPULAÇÃO ZAMBUJEIRA DO MAR - EXPOSIÇÃO SOBRE A FALTA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA -----

----- Foi presente carta, enviada em nome da população da Zambujeira do Mar, a dar conhecimento da exposição enviada ao Senhor Director da Sub-Região de Saúde de Beja, acerca da falta de assistência médica na freguesia. -----

----- Propõe-se que seja tomado o devido conhecimento. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal tomou o devido conhecimento. -----

----- 10 - ASSUNTO N.º 0997-2006 - ICN - COMISSÃO NACIONAL DA REN (CNREN)- INDICAÇÃO DE REPRESENTANTE-----

----- Foi presente fax n.º 145/2006, datado de 15/11/2006, da Comissão Nacional da Reserva Ecológica Nacional, a solicitar a indicação do representante, que integrará a Comissão na discussão do processo D-306: Proposta de alteração da REN (Odemira e Ourique) no âmbito do PO da Albufeira de Santa Clara. Após contacto da Câmara Municipal de Ourique ficou acordado que o representante na referida Comissão será o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odemira, tendo como substituto o Senhor Vice-Presidente. -----

----- Propõe-se que seja tomado o devido conhecimento. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos. -----

----- 11 - ASSUNTO N.º 0998-2006 - LEI DE FINANÇAS LOCAIS PREJUDICA PORTUGAL - ANMP -----

----- Foi presente comunicado, remetido pela ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, relativamente à aprovação da proposta governamental de Lei de Finanças Locais. -

----- Propõe-se que seja tomado o devido conhecimento. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.-----

----- 12 - ASSUNTO N.º 0999-2006 - REESTRUTURAÇÃO DA REDE DE URGÊNCIA / ENCERRAMENTO DOS SAP - ANMP-----

----- Foi presente circular n.º 158/2006-TC, datada de 16/11/2006, da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses na qual solicita contributos do Executivo Municipal relativamente à Reestruturação da Rede de Urgências / Encerramento dos SAP. -----

----- Propõe-se que seja tomado o devido conhecimento. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal tomou o devido conhecimento, devendo ser enviada a informação pedida.-----

----- 13 - ASSUNTO N.º 1000-2006 - ANMP - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES - PROPOSTA PARA REVISÃO DO REGIME LEGAL DAS REGIÕES DE TURISMO-----

----- Foi presente e-mail (Circular n.º 156/2006-AG), datado de 16/11/2006, da Associação Nacional de Municípios Portugueses, a enviar um documento de trabalho referente à proposta de revisão do Regime Geral das Regiões de Turismo, no qual solicitam eventuais contributos. --

----- Propõe-se que seja tomado o devido conhecimento. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.-----

----- 14 - ASSUNTO N.º 1001-2006 - IVA - SUBVENÇÕES - PEDIDO DE INFORMAÇÃO

----- Foi presente fax, datado de 13/10/2006, da AMBILITAL – Investimentos Ambientais no Alentejo, a remeter cópia do parecer do revisor de contas relativamente ao IVA nas subvenções / subsídios. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, liquidar a nossa quota-parte. -----

----- 15 - ASSUNTO N.º 1007-2006 - INFOEUROPA - SOCIALISTAS PORTUGUESES NO PARLAMENTO EUROPEU -----

----- Foi presente e-mail, datado de 14/11/2006, do Partido Socialista, a remeter o relatório “Mulheres na Política Internacional”, elaborado pela Deputada Ana Gomes, que será debatido e votado no Parlamento Europeu. -----

----- Propõe-se que seja tomado o devido conhecimento. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal tomou o devido conhecimento. -----

----- 16 - ASSUNTO N.º 1008-2006 - PROPOSTA DO VEREADOR CARLOS OLIVEIRA SOBRE A CONCESSÃO DE TOLERÂNCIAS DE PONTO PARA O ANO DE 2007-----

----- Foi presente a proposta elaborada pelo Senhor Vereador Carlos Alberto Silva Oliveira, referente à concessão de tolerâncias de ponto para o ano de 2007, que seguidamente se transcreve: -----

----- “PROPOSTA -----

----- CONSIDERANDO QUE: -----

----- Com o aproximar da época Natalícia e a óbvia vontade de traçar planos compatíveis para deslocações muitas das vezes longas, torna-se necessário dar a conhecer eventuais tolerâncias de ponto; -----

----- Com o início do novo ano, é natural encetar todo o processo inerente à marcação dos períodos de férias dos Funcionários dos Serviços Municipais; -----

----- Um planeamento atempado gera benefícios mútuos, para a Instituição, Funcionários e para a generalidade dos munícipes/utentes, promovendo assim uma melhoria efectiva do Serviço Público; -----

----- A existência de Feriados Nacionais ou de Épocas tradicionalmente festivas, quando coincidentes com determinados dias dos antecedentes aos de descanso semanal, provocam as também tradicionais “pontes”; -----

----- Mais uma vez, a realidade ditada pelo calendário, que no ano de 2007 não é “particularmente generoso” quanto a datas geradoras de “pontes. -----

----- Considerando ainda que, os trabalhadores têm vindo a sofrer com as naturais políticas de contenção na Administração Pública, sendo poucas ou nenhuma as hipóteses de, mesmo em Autarquias com a situação financeira como a de Odemira, promover uma melhoria nas suas carreiras, restando poucas soluções para “compensar” as suas funções, -----

----- Tenho a honra de propor que a Exm.^a Câmara Municipal delibere que: -----

----- Por ocasião do Natal, cujo Dia ocorre a uma 2^afeira, seja concedida tolerância de ponto no dia 26 de Dezembro de 2006, devendo ser assegurados os seguintes serviços mínimos obrigatórios: -----

----- Águas e Estações de Tratamento ; -----

----- Balneários Públicos ; -----

----- Cemitérios ; -----

----- Mercado Municipal ; -----

----- Recolha de Lixo ; -----

----- Postos de Turismo. -----

----- Guarda das Oficinas Municipais -----

----- ANO DE 2007 -----

A) ----- 1 – Por ocasião do Entrudo, seja concedida tolerância de ponto no dia 20 de Fevereiro de 2007;-----

----- 2 – Por ocasião do Feriado do 1º de Maio, seja concedida tolerância de ponto no dia 30 de Abril de 2007; -----

----- 3 – Por ocasião do Feriado do 7 de Junho, seja concedida tolerância no dia 8 de Junho de 2007;-----

----- 4 – Por ocasião do Feriado do 1 de Novembro, seja concedida tolerância no dia 2 de Novembro de 2007; -----

----- 5 - Por ocasião do Natal e Ano Novo, sejam concedidas tolerâncias de ponto no dia 24 e no dia 31 de Dezembro de 2007. -----

----- Para os pontos A)1 e A)4., deverão ser assegurados os seguintes serviços mínimos obrigatórios:-----

----- Águas e Estações de Tratamento ;-----

----- Balneários Públicos ;-----

----- Cemitérios ;-----

----- Mercado Municipal ;-----

----- Recolha de Lixo ;-----

----- Postos de Turismo. -----

----- Guarda das Oficinas Municipais-----

----- Para o ponto A)2, A)3 e A)4,deverão ser assegurados, além dos serviços mínimos obrigatórios anteriormente mencionados, os serviços adstritos aos Estabelecimentos de Ensino e aos Transportes Escolares. -----

----- Para o ponto A)3 e A)4 ,deverão ser assegurados, além dos serviços mínimos obrigatórios anteriormente mencionados, os serviços adstritos à Biblioteca Municipal. -----

----- E tendo em conta a especificidade do funcionamento da Biblioteca Municipal, proponho ainda que aos Funcionários adstritos àquele sector:-----

B)----- 1 – Por ocasião da Páscoa, seja concedida tolerância de ponto no dia 7 de Abril de 2007;-----

----- 2 – Por ocasião do Feriado do 25 de Abril, seja concedida tolerância de ponto no dia 24 de Abril de 2007; -----

----- 3 – Por ocasião do Feriado do 5 de Outubro, seja concedida tolerância de ponto no dia 6 de Outubro de 2007. -----

----- Paços do Concelho de Odemira, aos 20 de Novembro de 2006.-----

-----O VEREADOR-----

----- (Carlos Alberto Silva Oliveira)” -----

----- Propõe-se a aprovação nos termos propostos. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos. -----

----- 17 - ASSUNTO N.º 1009-2006 - REUNIÃO DO CONSELHO GERAL DA ANMP-----

----- Foi presente ofício nº 160/2006-AG, datado de 17/11/2006, da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, a remeter a Resolução aprovada por unanimidade pelo Conselho Geral, relativamente às Propostas de Lei de Finanças Locais e do Orçamento de Estado para o ano de 2007, sobre o QREN 2007-2013 e sobre as recentes intempéries. -----

----- Propõe-se que seja tomado o devido conhecimento. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.-----

----- 18 - ASSUNTO N.º 1010-2006 - QUOTAS / 2007 - ANMP-----

----- Foi presente ofício nº 162/2006-PBA, datado de 21/11/2006, da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, no qual indica qual o valor da quota a suportar pelo Município de Odemira à referida Associação. -----

----- Propõe-se que seja tomado o devido conhecimento e aprovação. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal tomou o devido conhecimento e deliberou por unanimidade, aprovar o valor da quota em apreço. -----

----- 19 - ASSUNTO N.º 1011-2006 - SESSÃO ORDINÁRIA DE 20 DE DEZEMBRO - ENVIO DE EDITAL-----

----- Foi presente ofício n.º 263, datado de 20/11/2006, da Assembleia Municipal de Odemira, a remeter o Edital n.º 13/2006, relacionado com o assunto em epígrafe. -----

----- Propõe-se que seja tomado o devido conhecimento. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal tomou o devido conhecimento. -----

----- 20 - ASSUNTO N.º 1013-2006 - AS NOSSAS VIDAS NÃO SÃO GAIOLAS DE SONHOS - JARDIM DE INFÂNCIA NOSSA SENHORA DA PIEDADE-----

----- Foi presente carta, datada de 16/10/2006, do Jardim de Infância Nossa Senhora da Piedade, na qual solicita a possibilidade de financiamento dos gradeamentos por parte da Câmara Municipal. -----

----- Propõe-se a aprovação da concessão do apoio financeiro de 15.000,00€ (quinze mil euros). -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição do subsídio nos termos propostos. -----

----- 21 - ASSUNTO N.º 1014-2006 - CONSTRUÇÃO DA IGREJA DE PEREIRAS-GARE -

----- Foi presente carta datada de 20/01/2006, da Comissão Fabriqueira de Pereiras-Gare, a solicitar a atribuição de um subsídio, para fazer face às despesas inerentes com a construção da igreja.-----

----- Propõe-se a aprovação da concessão do apoio financeiro de 30.000,00€ (trinta mil euros). -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a

atribuição do subsídio nos termos propostos.-----

----- 22 - ASSUNTO N.º 1015-2006 - CRIAÇÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO AO ABRIGO DA PORTARIA Nº 385/2006 - ICN-----

----- Foi presente ofício nº PNSACV/678/ODM/006, datado de 20/11/2006, do Instituto da Conservação da Natureza / Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, a dar conhecimento que será a Associação de Mariscadores da Costa Vicentina e Sudoeste Alentejano, a representante dos apanhadores na referida Comissão de Acompanhamento. -----

----- Propõe-se que seja tomado o devido conhecimento. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.-----

----- 23 - ASSUNTO N.º 1026-2006 - VIDA POR VIDA ASSOCIAÇÃO PRÓ BOMBEIROS - ATRIBUIÇÃO SUBSÍDIO-----

----- Foi presente ofício nº 180/2006, datado de 04/12/2006, de Vida Por Vida Associação Pró Bombeiros em Vila Nova de Milfontes, a solicitar o apoio do Município através da atribuição de um subsídio no valor de 10.000,00 € (dez mil euros), para a reparação do telhado.

----- Propõe-se a aprovação nos termos propostos. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição do subsídio, nos termos propostos.-----

----- 24 - ASSUNTO N.º 1028-2006 - ANMP - ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA 2007-----

----- Foi presente e-mail/circ. 169/2006-AG, datado de 29/11/2006, da Associação Nacional de Municípios Portugueses, a enviar cópia da informação aprovada pelo Conselho Directivo daquela Associação, relativa à inscrição de receitas provenientes do Orçamento de Estado, no Orçamento Municipal para 2007. -----

----- Propõe-se que seja tomado o devido conhecimento. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.-----

----- 25 - ASSUNTO N.º 1029-2006 - ANMP - FINANÇAS LOCAIS EM 2007 -----

----- Foi presente e-mail, datado de 28/11/2006, da Associação Nacional de Municípios Portugueses, a enviar informação sobre a situação das Finanças Locais em 2007, face à evolução das Propostas de Lei de Finanças Locais e do Orçamento de Estado para 2007.-----

----- Propõe-se que seja tomado o devido conhecimento. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal tomou o devido conhecimento. -----

----- 26 - ASSUNTO N.º 1030-2006 - ANMP - PROPOSTA DE REVISÃO DO REGIME LEGAL DAS REGIÕES DE TURISMO -----

----- Foi presente e-mail n/ref. 165/2006, datado de 28/11/2006, da Associação Nacional de Municípios Portugueses, a solicitar o envio dos comentários e sugestões do Município até ao dia 14 de Dezembro, relativos à proposta para revisão do Regime Legal das Regiões de Turismo. -----

----- Propõe-se que seja tomado o devido conhecimento. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal tomou o devido conhecimento. -----

----- 27 - ASSUNTO N.º 1037-2006 - RELATÓRIO "CHEIAS E INUNDAÇÕES 5/6 DE NOVEMBRO DE 2006". -----

----- Foi presente Relatório elaborado, após Cheias e Inundações de 5/6 de Novembro de 2006.-----

----- Propõe-se que seja tomado o devido conhecimento. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal tomou o devido conhecimento. -----

----- 2.1.2. - DIV. CONTENCIOSO E ASSESSORIA JURÍDICA -----

----- 1 - ASSUNTO N.º 0982-2006 - JOAQUIM CARLOS SILVEIRA - SENTENÇA - RECURSO - PROCESSO N.º 242/94 - 2.ª SECÇÃO DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE LISBOA - RECORRENTE JOAQUIM CARLOS SILVEIRA E RECORRIDO CÂMARA MUNICIPAL DE ODEMIRA.-----

----- Foi presente processo n.º 242/94 – 2.ª Secção do Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa, Sentença do Recurso, sendo o Recorrente o Sr. Joaquim Carlos Silveira, e o Recorrido a Câmara Municipal de Odemira, relativamente ao acto da Câmara Municipal de Odemira, datado de 16/03/1994, que lhe indeferiu o pedido de emissão de alvará de loteamento, sito em Herdade dos Aivados, Vila Nova de Milfontes, atento o parecer do Departamento Técnico do Município de 03/03/1994. -----

----- Propõe-se que seja tomado o devido conhecimento. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.-----

----- **2.1.3. - DIVISÃO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL**-----

----- 1 - ASSUNTO N.º 1016-2006 - REARBORIZAÇÃO COM EUCALIPTOS NO PRÉDIO RÚSTICO DENOMINADO MACHEIRINHA, FREGUESIA DE S.TEOTÓNIO. -----

----- Foi presente informação n.º 65/2006, datada de 21 de Novembro de 2006, elaborada pelo Gabinete de Apoio ao Empresário, da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social, informando acerca da pretensão da empresa Iberflorestal, S.A., relativamente a rearborização com Eucaliptos no prédio rústico denominado “Macheirinha”, freguesia de S.Teotónio, pertencente a Manuel José Mateus. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável.-----

----- 2 - ASSUNTO N.º 1017-2006 - PROPOSTA DE SUBSÍDIO PARA PUBLICAÇÃO, PELA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CRIADORES DA RAÇA LIMOUSINE - ACL, DE CATÁLOGO DE TOUROS DA RAÇA LIMOUSINE. -----

----- Foi presente a informação n.º 366/2006, datada de 11 de Novembro de 2006, elaborada pela Divisão de Desenvolvimento Económico e Social, informando que a Associação de Criadores da Raça Limousine, através de ofício com a referência 229/ACL/06-c, datado de 25/10/2006, solicitou um apoio financeiro no valor de 849,00 € (oitocentos e quarenta e nove

euros), para fazer face a despesas com a publicação de um Catálogo de Touros da Raça Limousine.-----

----- Propõe-se a concessão de um apoio financeiro no valor de 500,00 € (quinhentos euros). - -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição do subsídio, nos termos propostos.-----

----- **2.1.3.1. - SECÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO** -----

----- 1 - ASSUNTO N.º 0972-2006 - LEGALIZAÇÃO DE CAMINHOS NO PRÉDIO RÚSTICO DENOMINADO "MORENOS" - FREGUESIA DE S.TEOTÓNIO.-----

----- Foi novamente presente o processo apresentado pelos senhores Peter Dapper, Gerd Kurt Pallakies e Mike Pallakies, referente ao assunto em epígrafe e que fora, em reunião ordinária realizada no dia 19/10/2006, objecto de deliberação, no sentido de indeferimento da pretensão dos requerentes. -----

----- Foram concedidos aos interessados dez dias úteis para, no âmbito do art.º 100.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, se pronunciarem acerca do que se lhe oferecessem sobre o assunto, não tendo este Município obtido qualquer resposta. -----

----- Propõe-se indeferir a pretensão do requerente.-----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.-----

----- 2 - ASSUNTO N.º 0973-2006 - PROT-ALENTEJO-----

----- Foi presente o mail datado de 14/11/2006, enviado pelo Senhor Fernando Alves, Técnico da DAO/DSGPPOT, referente ao assunto em epígrafe, o qual remetia os seguintes documentos, de acordo com a 1.ª reunião plenária da CMC do PROT-Alentejo: -----

----- 1.Regulamento de Organização e Funcionamento da CMC do PROT-Alentejo, alterado de acordo com as observações formuladas no âmbito da 1.ª reunião plenária da CMC; -

----- 2.Cronograma indicativo do processo de elaboração do PROT-Alentejo e momentos indicativos para a realização das reuniões plenárias;-----

----- 3.Propostas de organização das subcomissões sectoriais da CMC. -----

----- Propõe-se que seja tomado o devido conhecimento. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.-----

----- 3 - ASSUNTO N.º 0979-2006 - ALTERAÇÃO AO PDM DE ODEMIRA. -----

----- Foi presente o ofício n.º 13204, datado de 21/11/2006, referente ao assunto em epígrafe, enviado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, o qual anexava a acta da reunião da Comissão Mista de Coordenação da Alteração ao PDM de Odemira, realizada no dia 17/11/2006.-----

----- Propõe-se que seja tomado o devido conhecimento. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.-----

----- **2.1.3.2. - SECÇÃO DE ACÇÃO SOCIAL** -----

----- 1 - ASSUNTO N.º 1018-2006 - APOIO A PROJECTOS EDUCATIVOS - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE COLOS. -----

----- Foi presente a informação n.º 113, datada de 24 de Novembro de 2006, elaborada pelo Serviço de Acção Social, da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social, dando conhecimento da necessidade de apoio financeiro, ao Projecto de Apoio Educativo apresentado pelo Agrupamento de Colos “Lendo, aprendendo e ensinando” a ser desenvolvido no ano lectivo 2006/07, que tem como objectivo incentivar os alunos para o hábito da leitura e dar respostas a situações de pais que não têm possibilidades económicas para adquirir livros para além dos exigidos pela escola.-----

----- Propõe-se a atribuição de um subsídio ao Agrupamento no valor de 3.000€ (três mil euros). - -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a

atribuição do subsídio, nos termos propostos.-----

----- 2 - ASSUNTO N.º 1019-2006 - APOIO A PROJECTOS EDUCATIVOS - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE S. TEOTÓNIO.-----

----- Foi presente a informação n.º 114, datada de 24 de Novembro de 2006, elaborada pelo Serviço de Acção Social, da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social, dando conhecimento da necessidade de apoio financeiro, ao Projecto de Apoio Educativo de Apoio Psico-Pedagógico apresentado pelo Agrupamento de S. Teotónio a ser desenvolvido no ano lectivo 2006/07, que tem como objectivo prestar apoio a alunos com dificuldades ao nível escolar, auxiliar professores no exercício das suas funções, apoiar o desenvolvimento do sistema de relações da comunidade escolar e apoiar os alunos do 9º ano ao nível da orientação escolar e profissional.-----

----- Propõe-se a atribuição de um subsídio ao Agrupamento no valor de 3.000€ (três mil euros).-----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição do subsídio, nos termos propostos.-----

----- Saíu da sala o Senhor Vereador Carlos Alberto Silva Oliveira.-----

----- 3 - ASSUNTO N.º 1020-2006 - APOIO A PROJECTOS EDUCATIVOS - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VILA NOVA DE MILFONTES/S. LUÍS.-----

----- Foi presente a informação n.º 115, datada de 24 de Novembro de 2006, elaborada pelo Serviço de Acção Social, da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social, dando conhecimento da necessidade de apoio financeiro, ao Projecto de Apoio Educativo – Conta Comigo - apresentado pelo Agrupamento de Vila Nova de Milfontes/S. Luís a ser desenvolvido no ano lectivo 2006/07, que tem como objectivos: melhorar atitudes/comportamentos, promover cidadanias, melhorar as condições de segurança na escola, fomentar a disseminação das actividades na Comunidade.-----

----- Propõe-se a atribuição de um subsídio ao Agrupamento no valor de 3.000€ (três mil euros). - -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição do subsídio, nos termos propostos.-----

----- Entrou novamente na sala o Senhor Vereador Carlos Alberto Silva Oliveira.-----

----- 4 - ASSUNTO N.º 1021-2006 - APOIO A PROJECTOS EDUCATIVOS - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ODEMIRA -----

----- Foi presente a informação n.º 116, datada de 24 de Novembro de 2006, elaborada pelo Serviço de Acção Social, da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social, dando conhecimento da necessidade de apoio financeiro, ao Projecto de Apoio Educativo – Da Escola ao Concelho - apresentado pelo Agrupamento de Odemira a ser desenvolvido no ano lectivo 2006/07, que tem como objectivos: Valorizar as potencialidades do Concelho de Odemira, dentro dos domínios culturais, sociais, escolares, ambientais e humanos; construção e tomada de consciência da Identidade Pessoal e Social.-----

----- Propõe-se a atribuição de um subsídio ao Agrupamento no valor de 1.500€ (mil e quinhentos euros). - -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição do subsídio, nos termos propostos.-----

----- 5 - ASSUNTO N.º 1022-2006 - APOIO A PROJECTOS EDUCATIVOS - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ODEMIRA -----

----- Foi presente a informação n.º 117, datada de 24 de Novembro de 2006, elaborada pelo Serviço de Acção Social, da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social, dando conhecimento da necessidade de apoio financeiro, ao Projecto de Apoio Educativo – Odemira pelos Direitos da Criança - apresentado pelo Agrupamento de Odemira a ser desenvolvido no ano lectivo 2006/07, que tem como objectivos: a tomada de consciência da identidade pessoal e

social; construir uma cultura de resistência à desigualdade, à exclusão social e escolar, desenvolver um trabalho comunitário, através da realização de actividades.-----

----- Propõe-se a atribuição de um subsídio ao Agrupamento no valor de 1.500€ (mil e quinhentos euros).-----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição do subsídio, nos termos propostos.-----

----- 6 - ASSUNTO N.º 1023-2006 - APOIO A PROJECTOS EDUCATIVOS - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE SABÓIA.-----

----- Foi presente a informação n.º 118, datada de 24 de Novembro de 2006, elaborada pelo Serviço de Acção Social, da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social, dando conhecimento da necessidade de apoio financeiro, ao Projecto de Apoio Educativo - Novos Horizontes - apresentado pelo Agrupamento de Sabóia a ser desenvolvido nos Jardins de Infância durante o ano lectivo 2006/07, que tem como objectivo apoiar alunos, professores e pais e encarregados de educação, através da detecção de dificuldades e necessidades especiais dos alunos, propondo estratégias pedagógicas e de apoio diversificadas.-----

----- Propõe-se a atribuição de um subsídio ao Agrupamento no valor de 3.000€ (três mil euros).-----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição do subsídio, nos termos propostos.-----

----- **2.2. - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**-----

----- **2.2.1. - DIVISÃO ADMINISTRATIVA**-----

----- **2.2.1.1. - SECÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**-----

----- 1 - ASSUNTO N.º 0974-2006 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO ALENTEJO - SUB-REGIÃO DE SAÚDE DE BEJA - MAPA DE SERVIÇO NO ANO 2007.-----

----- Foi presente o ofício n.º 12745, datado de 2006/11/03, enviado pelo Senhor Director

de Serviços de Saúde da Sub-Região de Saúde de Beja, remetendo o mapa de turnos das farmácias, que após o encerramento normal ficam em Regime de Serviço Permanente para o ano 2007, da localidade de Odemira, a fim de esta Câmara Municipal emitir parecer sobre o referido assunto, o qual deverá ser enviado no prazo de 20 dias.-----

----- Propõe-se para emissão de parecer favorável. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável, nos termos propostos. -----

----- 2 - ASSUNTO N.º 1002-2006 - LOPES & FIGUEIREDO, ACTIVIDADES TURÍSTICAS TRADICIONAIS E LOCAIS - PROLONGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO DE BAR "ESPERA-ME ENTRANDO", SITO NA RUA DAS FLORES, EM ZAMBUJEIRA DO MAR.-----

----- Foi presente requerimento da empresa Lopes & Figueiredo – Actividades Turísticas Tradicionais e Locais, Ld.^a, a solicitar prolongamento de horário de funcionamento de estabelecimento de bar “Espera-me Entrando”, nos dias 7, 8 e 9 de Dezembro de 2006, das 04:00 H às 06:00 H. -----

----- Propõe-se que seja autorizado o prolongamento solicitado, contudo só será emitido novo horário de funcionamento com o respectivo prolongamento, após liquidação da taxa correspondente. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar nos termos propostos. -----

----- 3 - ASSUNTO N.º 1031-2006 - PROLONGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO DE BAR "BUBBLES BAR" - SITO EM VILA NOVA DE MILFONTES.-----

----- Foi presente a informação n.º 35/2006, datada de 05 de Dezembro de 2006, elaborada pela Secção de Administração Geral, da Divisão Administrativa, informando acerca da

prorrogação de prazo estabelecido pela Ex.ma Câmara Municipal, em reunião de 21/09/2006, para que o requerente procedesse à correcção do estudo de ruído, uma vez que este não contemplava os sistemas de insuflação e exaustão. -----

----- Mais informou, que foram apresentados os documentos de acordo com deliberação da Ex.ma Câmara, tomada em 21/09/2006. -----

----- Propõe-se para apreciação e deliberação. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar nos termos propostos. -----

----- **2.2.1.2. - SECCAO DE NOTARIADO** -----

----- 1 - ASSUNTO N.º 0971-2006 - CONDOP - CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S. A. - CONTRATO DE EMPREITADA PARA EXECUÇÃO DA OBRA " CONSTRUÇÃO DA ESCOLA BÁSICA 1 DE VILA NOVA DE MILFONTES", PELA IMPORTÂNCIA DE € 524.999,95 (QUINHENTOS E VINTE E QUATRO MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE EUROS E NOVENTA E CINCO CÊNTIMOS), ACRESCIDA DO IVA À TAXA DE 5% - MINUTA DE CONTRATO -APROVAÇÃO-----

----- Na sequência da adjudicação do Contrato de Empreitada para Execução da Obra de “Construção da Escola Básica 1 de Vila Nova de Milfontes ”, pela importância de € 524.999,95 (quinhentos e vinte e quatro mil, novecentos e noventa e nove euros e noventa e cinco centimos), acrescida do IVA à taxa de 5% , torna-se necessário em cumprimento do estipulado no Artigo 116º. do Decreto – Lei nº. 59/99, de 02 de Março, submeter à apreciação da Excelentíssima Câmara Municipal a Minuta de Contrato anexo, a celebrar com a empresa CONDOP – Construção e Obras Públicas, S.A., e que vai ficar arquivada no maço de documentos respeitante à presente acta.-----

----- Propõe-se a aprovação nos termos propostos. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos

termos propostos. -----

----- **2.2.2. - DIVISAO FINANCEIRA** -----

----- 1 - **ASSUNTO N.º 1033-2006 – PROPOSTA PARA CONTRACÇÃO DE UM EMPRESTIMO DE LONGO PRAZO, PARA INVESTIMENTOS MUNICIPAIS - ANÁLISE** -----

----- Foi presente a informação n.º 31/2006, datada de 04 de Dezembro de 2006, elaborada pela Divisão Financeira, a remeter relatório de análise das propostas apresentadas relativamente ao Empréstimo a Longo Prazo para Financiamento de Investimentos, no montante de 2.236.848 € (dois milhões duzentos e trinta e seis mil oitocentos e quarenta e oito euros). Da análise realizada, concluiu-se que a proposta que melhor satisfaz os interesses da Autarquia é a do Banco Espírito Santo, pelo que se lhe propõe a adjudicação do referido empréstimo. -----

----- Propõe-se a adjudicação nos termos do relatório, devendo o assunto ser remetido à Assembleia Municipal para obtenção de autorização necessária. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos. -----

----- Os Senhores Vereadores da CDU - Coligação Democrática Unitária, apresentaram declaração de voto, nos seguintes termos: Lamentamos que os Serviços não cumpram integralmente a deliberação anteriormente tomada sobre o assunto. -----

----- 2 - **ASSUNTO N.º 1034-2006 - ORÇAMENTO E GRANDES OPCÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2007.** -----

----- Procedeu-se à apreciação e análise do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2007, elaborado de harmonia com o Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, que apresenta uma receita igual à despesa na importância de € 34.450.000,00 (TRINTA E QUATRO MILHÕES QUATROCENTOS E CINQUENTA MIL EUROS), que vai ficar arquivado no maço de documentos, respeitante à presente acta -----

----- Propõe-se a aprovação e remessa à Assembleia Municipal para apreciação e

deliberação.-----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar, com os votos contra dos Senhores Vereadores da CDU – Coligação Democrática Unitária. -----

----- **2.2.2.1. - SECÇÃO DE CONTABILIDADE**-----

----- 1 - ASSUNTO N.º 1006-2006 - RELAÇÃO DAS ORDENS DE PAGAMENTO AUTORIZADAS NO PERÍODO DE 16/11/2006 A 24/11/2006, POR DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS SENHORES VEREADORES COM COMPETÊNCIA DELEGADA, NO VALOR DE 1.970.463,65€-----

----- Foi presente a informação n.º 29, datada de 30 de Novembro de 2006, elaborada pela Secção de Contabilidade, da Divisão Financeira, remetendo relação dos pagamentos efectuados no período de 16/11/2006 a 24/11/2006, autorizados pelo Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores com competência delegada, totalizando o valor de 1.970.463,65€ (Um Milhão, novecentos e setenta e mil euros, quatrocentos e sessenta e três euros e sessenta e cinco cêntimos). -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Eleitos pelo Partido Socialista e a abstenção dos Eleitos pela Coligação Democrática Unitária, ratificar os despachos do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores com competência delegada, e bem assim, que a referida relação de ordens de pagamento, fique arquivada no maço de documentos, respeitante à presente acta.- -----

----- O Senhor Vereador Cláudio José dos Santos Percheiro, eleito pela CDU – Coligação Democrática Unitária, apresentou a comunicação que vai ficar arquivada no maço de documentos respeitante à presente acta, na qual informa o seu impedimento de intervir e participar na ratificação das autorizações de pagamento n.ºs 4.199 e 4.302, a favor de Loja XXI, Ld.^a, em virtude de se tratar de uma Firma que é propriedade de um seu familiar. -----

----- O Senhor Vereador Manuel da Silva Cruz, eleito pela CDU – Coligação Democrática

Unitária, apresentou a comunicação que vai ficar arquivada no maço de documentos respeitante à presente acta, na qual informa o seu impedimento de intervir e participar na ratificação das autorizações de pagamento n.ºs 4.198, 4.225 e 4.306, a favor da Fundação Odemira, em virtude de fazer parte do Conselho de Administração daquela Fundação. -----

----- RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA:- Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria, respeitante ao dia 2006/12/06, que acusava um total de disponibilidades da importância de € 3.048.097,82 (TRÊS MILHÕES, QUARENTA E OITO MIL, NOVENTA E SETE EUROS E OITENTA E DOIS CÊNTIMOS), constando em caixa: € 7.733,30 (SETE MIL, SETECENTOS E TRINTA E TRÊS EUROS E TRINTA CÊNTIMOS) e depositado em Instituições Bancárias: € 3.040.364,52 (TRÊS MILHÕES, QUARENTA MIL, TREZENTOS E SESSENTA E QUATRO EUROS E CINQUENTA E DOIS CÊNTIMOS), tendo a Câmara Municipal tomado o devido conhecimento. -----

----- **2.2.3. - DIVISÃO DE APROVISIONAMENTO E GESTÃO DE STOCKS**-----

----- **2.2.3.1. - SECÇÃO DE PATRIMÓNIO** -----

----- 1 - **ASSUNTO N.º 0975-2006 - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE DIVERSO MATERIAL PARA O DIA 16/12/2006, PELO GRUPO DESPORTIVO RENASCENTE.**-----

----- Foi presente a informação n.º 155/06, datada de 20/11/2006, elaborada pela Divisão de Aprovisionamento e Gestão de Stocks – Secção de Património, referente ao pedido de cedência de diverso material para o dia 16/12/2006, para realização de uma festa de natal. -----

----- Propõe-se a isenção do pagamento de utilização de diverso material no dia 16/12/2006, pelo Grupo Desportivo Renascente. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos. -----

----- 2 - **ASSUNTO N.º 0976-2006 - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE DIVERSO MATERIAL PARA O DIA 17/12/2006, PELA ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL NOSSA**

SENHORA DO MAR.-----

----- Foi presente a informação n.º. 156/2006, datada de 20/11/2006, elaborada pela Divisão de Aprovisionamento e Gestão de Stocks – Secção de Património, relativa ao pedido de utilização de diverso material no dia 17/12/2006, pela Associação de Solidariedade Social Nossa Senhora do Mar, para realização de um jantar de natal. -----

----- Propõe-se a isenção do pagamento de taxas de utilização do diverso material no dia 17/12/2006, solicitado pela Associação de Solidariedade Social Nossa Senhora do Mar. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.-----

----- 3 - ASSUNTO N.º 0977-2006 - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE DIVERSO MATERIAL PARA O DIA 15/12/2006, PELA FREGUESIA DE RELÍQUIAS.-----

----- Foi presente a informação n.º. 158/2006, datada de 24/11/2006, elaborada pela Divisão de Aprovisionamento e Gestão de Stocks, relativa ao pedido de cedência de diverso material, no dia 15/12/2006, pela Freguesia de Relíquias, para realização de um jantar de natal. -----

----- Propõe-se a isenção do pagamento de taxas de utilização do diverso material no dia 15/12/2006, pela Freguesia de Relíquias.-----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.-----

----- 4 - ASSUNTO N.º 0978-2006 - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE DIVERSO MATERIAL PARA O DIA 20/12/2006, PELA FREGUESIA DE S.TEOTÓNIO.-----

----- Foi presente a informação n.º. 159/2006, datada de 24/11/2006, elaborada pela Divisão de Aprovisionamento e Gestão de Stocks – Secção de Património, relativa ao pedido de diverso material, para o dia 20/12/2006, pela Freguesia de S.Teotónio.-----

----- Propõe-se a isenção do pagamento de taxas de utilização de diverso material no dia 20/12/2006, solicitado pela Freguesia de S.Teotónio. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos. -----

----- 5 - ASSUNTO N.º 0980-2006 - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE DIVERSO MATERIAL PARA O DIA 16/12/2006, PELA FREGUESIA DE SANTA MARIA. -----

----- Foi presente a informação n.º. 161/2006, datada de 27/11/2006, elaborada pela Divisão de Aprovisionamento e Gestão de Stocks – Secção de Património, relativa ao pedido de diverso material, para o dia 16/12/2006, pela Freguesia de Santa Maria. -----

----- Propõe-se a isenção do pagamento de taxas de utilização do diverso material no dia 16/12/2006, solicitado pela Freguesia de Santa Maria. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos. -----

----- 6 - ASSUNTO N.º 0981-2006 - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE DIVERSOS EDIFÍCIOS ESCOLARES. -----

----- Foi presente a informação n.º. 163/2006, datada de 29/11/2006, elaborada pela Divisão de Aprovisionamento e Gestão de Stocks – Secção de Património, relativa aos vários pedidos de cedência de edifícios escolares encerrados, por diversas associações e colectividades do concelho, para instalação das suas sedes. -----

----- Propõe-se a autorização da cedência dos edifícios escolares, conforme o disposto no artigo 15º do Regulamento de Inventário e Cadastro do Património Municipal, às diversas colectividades e a aprovação dos respectivos autos e acordos de cedência, dos imóveis e entidades a seguir mencionados: -----

----- - Edifício escolar de Campo Redondo – Associação da Ribeira do Seissal e Campo Redondo;-----

----- - Edifício escolar de Taliscas – Matriz – Associação de Desenvolvimento Local; -----

----- - Edifício escolar de Vale Verde – Associação de Caçadores da Costa Alentejana;-----

----- Edifício escolar de Lameiros – Associação de Caça e Pesca “Os Sanluizenses”;-----

----- Edifício escolar de Choça dos Vales – Clube de Caçadores da Relva Grande. Mais se propõe que sejam dados poderes ao Senhor Vereador do Pelouro do Património para assinatura dos respectivos autos de cedência. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos. -----

----- 7 - ASSUNTO N.º 0983-2006 - PEDIDO DE AVERBAMENTO PARA NOME DE " JOSÉ MARIA ROSA, HERDEIROS DE", DA PARCELA DE TERRENO N.º. 208 (FG-402), SITA NA PRORIEDADE DENOMINADA FOROS DO GALEADO, FREGUESIA DE VILA NOVA DE MILFONTES.-----

----- Foi presente a informação n.º. 164/2006, datada de 29/11/2006, elaborada pela Divisão de Aprovisionamento e Gestão de Stocks – Secção de Património, relativa ao pedido formulado pela D. Judite da Silva Almeida Rosa, de averbamento para seu nome da parcela de terreno n.º.208 (FG-402), sita na propriedade denominada Foros dos Galeado, freguesia de Vila Nova de Milfontes, em virtude de se ter verificado o falecimento do seu marido José Maria Rosa. ----

----- Propõe-se a autorização do averbamento requerido, uma vez que se encontram reunidas todas as condições. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar nos termos propostos. -----

----- 8 - ASSUNTO N.º 0984-2006 - VENDA DE EUCALIPTOS NA PROPRIEDADE DENOMINADA FOROS DOS GALEADO, FREGUESIA DE VILA NOVA DE MILFONTES - ABERTURA DE PROPOSTAS.-----

----- Foi presente o processo relativo à venda da madeira de eucalipto na propriedade denominada Foros do Galeado, freguesia de Vila Nova de Milfontes, cujo prazo de recebimento de proposta encerrou em 24/11/2006, conforme edital n.º. 207/2006, de

06/11/2006.-----

----- Procedeu-se à abertura da única proposta recebida, em nome de José João de Morais, relativa à venda da madeira de eucalipto na propriedade denominada Foros do Galeado, freguesia de Vila Nova de Milfontes, tendo sido aceite o valor constante na mesma. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, adjudicar. -----

----- 9 - ASSUNTO N.º 0985-2006 - LOTEAMENTO MUNICIPAL DE SANTA CLARA-A-VELHA - AUDIÊNCIA DE INTERESSADOS (ARTIGO 100º E SEGUINTE DO CPA) - ATRIBUIÇÃO DEFINITIVA DO LOTE N.º 45.-----

----- Foi presente a informação n.º 157/2006, datada de 20/11/2006, elaborada pela Divisão de Aprovisionamento e Gestão de Stocks – Secção de Património, relativa ao cumprimento do prazo disposto no artigo 100º e seguinte do CPA, da deliberação de “intenção de indeferimento da reclamação apresentada”, tomada em reunião ordinária realizada em 19/10/2006. Tendo decorrido entre 07/11/2006 a 16/11/2006, o período de audiência dos interessados (art.º 100º e seguintes do CPA), não foi apresentada pela reclamante qualquer diligência complementar ao processo. -----

----- Propõe -se que seja atribuído definitivamente, à concorrente posicionada em primeiro lugar, D. Susana Paula Correia Silva Lourenço, casada com José Filipe dos Santos Lourenço, residente em Corte-Brique – Santa Clara-a-Velha, o lote n.º 45 do Loteamento Municipal de Santa Clara-a-Velha, pela importância de € 5.000,00 (cinco mil euros), ao que corresponde o valor de € 25,00 (vinte e cinco euros) por metro quadrado, uma vez que a reclamante não apresentou nenhuma diligência complementar ao processo, durante o prazo legalmente estabelecido para tal. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos. -----

----- **2.3. - DEPARTAMENTO TÉCNICO**-----

----- **2.3.1. - DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA**-----

----- 1 - ASSUNTO N.º 1012-2006 - RELAÇÃO DOS PROCESSOS DE OBRAS, LOTEAMENTOS PARTICULARES, PUBLICIDADE E OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA, LEVADOS A DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE E DOS SENHORES VEREADORES, COM COMPETÊNCIAS DELEGADAS, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 9/11/2006 E 29/11/2006.-----

----- Proc. Nº 294 - Ano - 2006 - Req. Maria da Silva Duarte - Local da Obra - Rua Eira da Rocha, S/N, S. Martinho das Amoreiras - Freguesia - São Martinho das Amoreiras - Assunto - Renovação da Licença Administrativa para Construção de Uma Moradia-----

----- Proc. Nº 239 - Ano - 2006 - Req. António Constantino da Cruz - Local da Obra - Vale da Fonte - Freguesia - Colos - Assunto - A Junção ao Processo dos Elementos Solicitados-----

----- Proc. Nº 142 - Ano - 2006 - Req. Iberian Salads Agricultura, Lda. - Local da Obra - Monte da Ribeira - Freguesia - São Teotónio - Assunto - Pedido de Licenciamento para Construção de Casão de Apoio Agrícola.-----

----- Proc. Nº 54 - Ano - 2005 - Req. José Manuel Guerreiro Lourenço - Local da Obra - Seisseiras - Freguesia - São Teotónio - Assunto - Envio de Processo que se Enquadra no Novo Quadro Jurídico-----

----- Proc. Nº 106 - Ano - 2006 - Req. Arlindo Ramos da Silva - Local da Obra - Pereiras-Gare - Freguesia - Pereiras-Gare - Assunto - Resposta à Audiência Prévia-----

----- Proc. Nº 277 - Ano - 2006 - Req. Herdade dos Forninhos - Sociedade Agro-Pecuária, Lda - Local da Obra - Herdade dos Forninhos - Freguesia - Vila Nova Milfontes - Assunto - Pedido de Informação Prévia-----

----- Proc. Nº 386 - Ano - 2006 - Req. Maria José Guerreiro Freire Simões Neves - Local da Obra - Lot. Municipal da Zambujeira do Mar, Lote 54 - Freguesia - Zambujeira do Mar - Assunto - Construção de Uma Moradia Unifamiliar-----

----- Proc. Nº 7 - Ano - 2006 - Req. Manuel Luís Guerreiro - Local da Obra - Peladiço -
Malavado - Freguesia - São Teotónio - Assunto - Informação Prévia de Loteamento -----

----- Proc. Nº 298 - Ano - 2006 - Req. T.C.A. - Construções e Empreendimentos Turísticos
da Costa Alentejana, Lda - Local da Obra - Poço - Ribeira da Azenha - Freguesia - Vila Nova
Milfontes - Assunto - Exposição -----

----- Proc. Nº 57 - Ano - 2006 - Req. Tecnodemira Construções e Obras Públicas, Lda -
Local da Obra - Rua dos Carpinteiros, Lote 23 - Freguesia - Boavista dos Pinheiros - Assunto -
Exposição -----

----- Proc. Nº 484 - Ano - 2005 - Req. Tecnodemira Construções e Obras Públicas, Lda -
Local da Obra - Rua dos Carpinteiros, Lote 22 - Freguesia - Boavista dos Pinheiros - Assunto -
Exposição -----

----- Proc. Nº 159 - Ano - 2005 - Req. Alexandre Palminha Cascalheira - Local da Obra -
Ladeira, Lot. Municipal de Sabóia, Lote 6 - Freguesia - Sabóia - Assunto - Resposta à
Audiência Prévia -----

----- Proc. Nº 213 - Ano - 2006 - Req. Arminda Valente de Almeida - Local da Obra - Rua
Eng. Arantes e Oliveira, Nº2 - Freguesia - Salvador - Assunto - A Junção de Elementos para
Consulta ao S.N.B.P.C. Relativa à Instalação de Uma Loja de Electrodomésticos. -----

----- Proc. Nº 15 - Ano - 2001 - Req. Joaquim Modesto Gonçalves - Local da Obra - Monte
da Portelinha/Agachadinha - Portas do Transval - Freguesia - Santa Maria - Assunto -Junção
de Elementos. -----

----- Proc. Nº 449 - Ano - 2005 - Req. Manuel da Silva Gomes Tavares - Local da Obra -
Lot. Vale Bravo, Lote 1 - Longueira - Freguesia - Salvador - Assunto - Junção de Elementos ---

----- Proc. Nº 154 - Ano - 1992 - Req. Manuel dos Reis Serrão - Local da Obra - Estrada da
Circunvalação - Odemira - Freguesia - Salvador - Assunto - Alteração da Constituição da
Propriedade Horizontal -----

----- Proc. Nº 33 - Ano - 2006 - Req. Cidália Maria Oliveira Domingos - Local da Obra - Rua dos Anjos, Nº 6, Boavista dos Pinheiros - Freguesia - Boavista dos Pinheiros - Assunto - Licença de Publicidade de Um Reclamo Luminoso-----

----- Proc. Nº 452 - Ano - 2006 - Req. Marco António Costa Gonçalves e Rafaela A. R. Gonçalves Silva - Local da Obra - Lote 16, do Loteamento da Portelinha/Agachadinha - Freguesia - Santa Maria - Assunto - Construção de Uma Casa de Habitação -----

----- Proc. Nº 466 - Ano - 2006 - Req. Anabela Gomes Coimbra - Local da Obra - Carvalho do Sarrilho - Freguesia - São Teotónio - Assunto - Pedido de Aprovação Licenciamento Administrativo para Construção de Moradia. -----

----- Proc. Nº 134 - Ano - 1999 - Req. José Manuel Cruz Reis Góis - Local da Obra - Rua António Marques, Nº 6 - Freguesia - Vila Nova Milfontes - Assunto - Junção de Elementos-----

----- Proc. Nº 17 - Ano - 2006 - Req. Publrádio Agência Artística e Publicitária do Algarve, Lda - Local da Obra - Av. Teófilo da Trindade - Freguesia - Salvador - Assunto - Colocação de Um Painel Publicitário-----

----- Proc. Nº 457 - Ano - 2006 - Req. Carlos Miguel Ramos Grego - Local da Obra - Loteamento Joaquim Modesto Gonçalves, Lote Nº 6 - Freguesia - Santa Maria - Assunto - Autorização Administrativa de Uma Moradia Bifamiliar. -----

----- Proc. Nº 50 - Ano - 1971 - Req. Belmira Domingos B. Máximo - Local da Obra - Alagoinha - Freguesia - Vila Nova Milfontes - Assunto - Pedido de Vistoria para Licença de Habitação -----

----- Proc. Nº 433 - Ano - 2006 - Req. Manuel dos Reis Serrão - Local da Obra - Rua José Maria de Andrade - Freguesia - Salvador - Assunto - Informação Prévia de Construção para a Demolição da Casa Existente e Construção de Uma Moradia-----

----- Proc. Nº 15 - Ano - 2002 - Req. Geocaiado-Investimentos Imobiliários, Lda. - Local da Obra - Cabecinho - Freguesia - Longueira-Almograve - Assunto - Exposição-Caução de

Lotes para Hipoteca.-----
----- Proc. Nº 15 - Ano - 2001 - Req. Joaquim Modesto Gonçalves - Local da Obra - Monte Da Portelinha/Agachadinha - Portas do Transval - Freguesia - Santa Maria - Assunto - Entrega das Telas Finais Loteamento. -----
----- Proc. Nº 8 - Ano - 2005 - Req. Maria da Conceição R. Canelas - Local da Obra - Rua Nova do Passal, Lote 1 - Freguesia - São Teotónio - Assunto - Pedido de Ocupação da Via Pública com Toldo com Publicidade.-----
----- Proc. Nº 62 - Ano - 2006 - Req. Inácia Martins Rosa - Local da Obra - Curralão - Freguesia - São Teotónio - Assunto - Pedido de Certidão de Destaque Rústico. -----
----- Proc. Nº 6 - Ano - 2006 - Req. Casa Virtual-Compra e Venda de Imóveis, Lda - Local da Obra - Arrifóias - Santa Maria - Freguesia - Santa Maria - Assunto - Pedido de Certidão de Destaque Rústico.-----
----- Proc. Nº 11 - Ano - 2006 - Req. António Pinhão-Construções, Lda. - Local da Obra - Brejo dos Pinheiro, Lote 3 - Vila Nova de Milfontes - Freguesia - Vila Nova Milfontes - Assunto - Pedido de Aprovação de Operação de Loteamento -----
----- Proc. Nº 189 - Ano - 2006 - Req. José Miguel Nunes Gonçalves - Local da Obra - Cerca da Vitória, Vila Nova de Milfontes - Freguesia - Vila Nova Milfontes - Assunto - Licenciamento de Alojamento Particular numa Moradia Bifamiliar-----
----- Proc. Nº 18 - Ano - 2006 - Req. Publrádio Agência Artística e Publicitária do Algarve, Lda - Local da Obra - Rua Custódio Brás Pacheco - Freguesia - Vila Nova Milfontes - Assunto - Colocação de Um Painel Publicitário -----
----- Proc. Nº 214 - Ano - 2006 - Req. Francisco Ramalho Serrano - Local da Obra - Ribeira da Azenha - Freguesia - Vila Nova Milfontes - Assunto - Informação Prévia para a Construção de Apoio Agrícola -----
----- Proc. Nº 192 - Ano - 2005 - Req. TMN-Telecomunicações Móveis Nacionais, SA -

Local da Obra - Centro de Jardinagem Espaço Sudoeste em Alagoachos - Freguesia - Vila Nova Milfontes - Assunto - Pedido de Emissão de Guias de Pagamento de Taxas -----
----- Proc. Nº 72 - Ano - 2005 - Req. Glória Maria dos Santos - Local da Obra - Monte Branco - Almogrove - Freguesia - Longueira-Almogrove - Assunto - Aprovação Projecto Arquitectura -----
----- Proc. Nº 435 - Ano - 2006 - Req. José Silvério Construções-Construção Compra e Venda de Imóveis, Unipessoal, Lda. - Local da Obra - Lot. dos Alagoachos, Lote 162 - Freguesia - Vila Nova Milfontes - Assunto - Autorização Administrativa - Aprovação Arquitectura de Construção de Uma Moradia Unifamiliar-----
----- Proc. Nº 389 - Ano - 2006 - Req. Manuel Francisco Ramos Silvério - Local da Obra - Alagoinha, Vila Nova de Milfontes - Freguesia - Vila Nova Milfontes - Assunto - Construção de Edifício para Habitação com 4 Fogos-----
----- Proc. Nº 109 - Ano - 2006 - Req. Age Johnsen - Local da Obra - Fonte da Tramagueira de Cima - Freguesia - Pereiras-Gare - Assunto - Certidão de Compropriedade-----
----- Proc. Nº 421 - Ano - 2006 - Req. Joaquim Manuel Guerreiro Amador - Local da Obra - Rua António Marques, Nº 18 - Freguesia - Vila Nova Milfontes - Assunto - Licença Administrativa de Construção de Um Edifício Multifamiliar.-----
----- Proc. Nº 114 - Ano - 2006 - Req. Cecil Jones - Local da Obra - Alcaria Formosa - Freguesia - São Teotónio - Assunto - Pedido de Certidão de Compropriedade-----
----- Proc. Nº 110 - Ano - 2006 - Req. Fernando Reis Luís - Local da Obra - Vale da Corcha - Freguesia - Sabóia - Assunto - Pedido de Certidão de Compropriedade.-----
----- Proc. Nº 6 - Ano - 2002 - Req. Mariana Dolorinda Maria dos Santos - Local da Obra - Carvalho - Portas do Transval - Freguesia - Salvador - Assunto - Loteamento de Um Terreno --
----- Proc. Nº 179 - Ano - 2004 - Req. Acúrcio Seixas Leal - Local da Obra - Parque de Campismo - Zambujeira do Mar - Freguesia - Zambujeira do Mar - Assunto - Exposição -----

----- Proc. Nº 473 - Ano - 2006 - Req. Rui Filipe Almeida Rodrigues - Local da Obra – Av. Teófilo Da Trindade/Travessa Do Miradouro - Freguesia - Salvador - Assunto - Informação Prévia para a Construção de Um Edifício de Habitação, Comércio e Serviços -----

----- Proc. Nº 472 - Ano - 2006 - Req. José Alberto Ferreira de Matos Silva - Local da Obra - Rua Dr. João Paiva, Nº 12 - Freguesia - Santa Maria - Assunto - Licenciamento Administrativo para Construção de Uma Habitação.-----

----- Proc. Nº 477 - Ano - 2006 - Req. Alberto Aroeira Gonçalves - Local da Obra - Rua D. João II, Lote 2 - Freguesia - Vila Nova Milfontes - Assunto - Autorização Administrativa Projecto de Alterações -----

----- Proc. Nº 420 - Ano - 2006 - Req. Mariana Josefa Barreiros Machado Viana Inácio - Local da Obra - Rua Gomes Freire, Loja 1 - São Teotónio - Freguesia - São Teotónio - Assunto - Instalação de Um Comércio do Ramo Alimentar -----

----- Proc. Nº 81 - Ano - 2006 - Req. Maria Eduarda Guerreiro Silva - Local da Obra - Rua José António Gonçalves - Longueira - Freguesia - Longueira-Almograve - Assunto - Pedido de Certidão de Destaque Urbano-----

----- Proc. Nº 453 - Ano - 2005 - Req. Francisco José A. Ludovico - Local da Obra - Lote Nº 1- Loteamento de Longueira - Freguesia - Longueira-Almograve - Assunto - Legalização----

----- Proc. Nº 414 - Ano - 2005 - Req. António Francisco Alexandre - Local da Obra - Zambujeira do Mar - Freguesia - Zambujeira do Mar - Assunto - Pedido de Certidão em como o Projecto reúne condições para a Constituição de Propriedade Horizontal -----

----- Proc. Nº 423 - Ano - 2006 - Req. António Manuel dos Reis Carvalho - Local da Obra - Rua do Moinho, Nº 3 - Freguesia - Longueira-Almograve - Assunto - Construção de Um Edifício Destinado a Habitação e Demolição do Existente - Aprovação do Pedido de Licenciamento-----

----- Proc. Nº 219 - Ano - 2005 - Req. Maria Helena Rosa Camacho da Silva - Local da

Obra - Alto de S. Sebastião - Freguesia - Santa Maria - Assunto - Vistoria para Constituição de Propriedade Horizontal -----

----- Proc. Nº 111 - Ano - 2006 - Req. Fernando Reis Luís - Local da Obra - Afeiteira da Amarela - Freguesia - Sabóia - Assunto - Pedido de Certidão de Compropriedade. -----

----- Proc. Nº 217 - Ano - 2006 - Req. Fernando Manuel Fragoso Viana - Local da Obra - Cerca do Caixeiro, Lote 44 - São Teotónio - Freguesia - São Teotónio - Assunto - Construção de Uma Moradia Bifamiliar-----

----- Proc. Nº 464 - Ano - 2006 - Req. Jacinta de Oliveira Viana Martinho - Local da Obra - Loteamento da Má Hora - 2B - Freguesia - São Teotónio - Assunto - Autorização Administrativa para Construção de Uma Moradia.-----

----- Proc. Nº 405 - Ano - 2006 - Req. José Maria Campos Silvério - Local da Obra - Cabecinho, Lote 9 - Freguesia - Longueira-Almograve - Assunto - Pedido de Informação Prévia-- -----

----- Proc. Nº 205 - Ano - 2002 - Req. Miguel Godinho dos Santos - Local da Obra - Cabeço de Arvéola - Brejão - Freguesia - São Teotónio - Assunto - Alteração e Ampliação de Um Turismo de Natureza-----

----- Proc. Nº 339 - Ano - 2005 - Req. Otília Maria Das Neves Rodrigues Estevam - Local da Obra - Lot. Alagoachos, Lote 232 - Fracção B - Freguesia - Vila Nova Milfontes - Assunto - Vistoria de Propriedade Horizontal -----

----- Proc. Nº 455 - Ano - 2005 - Req. Ricardo Jorge Filipe de Jesus - Local da Obra - Rua Coronel Galhardo, Nº 13 - Odemira - Freguesia - Santa Maria - Assunto - Demolição e Construção de Uma Casa de Habitação -----

----- Proc. Nº 117 - Ano - 2006 - Req. José Mateus Rosendo - Local da Obra - São Teotónio - Freguesia - São Teotónio - Assunto - Pedido Certidão. -----

----- Proc. Nº 7 - Ano - 2006 - Req. António Luís Rodrigues - Local da Obra - Monte Novo

do Serralhão - Freguesia - Salvador - Assunto - Pedido de Informação Prévia para Construção de Uma Moradia Unifamiliar e Um Apoio Agrícola -----

----- Proc. Nº 447 - Ano - 2004 - Req. Miloeste Investimentos, Lda. - Local da Obra - Bairro Maria da Graça, Lote 29 - Freguesia - Vila Nova Milfontes - Assunto - Pedido de Vistoria para Constituição de Propriedade Horizontal. -----

----- Proc. Nº 359 - Ano - 2006 - Req. António Maria Viegas - Local da Obra - Fiais - Portas de Transval - Freguesia - Salvador - Assunto - Construção de Uma Garagem, Arrumos e Alpendre.-----

----- Proc. Nº 27 - Ano - 2006 - Req. Cátia Patrícia Estibeira Rodrigues Ramos - Local da Obra - Loteamento Cerca da Teimosa, Lote 30 A - Freguesia - São Luís - Assunto - Aprovação de Licença de Publicidade (Reclame Luminoso) -----

----- Proc. Nº 320 - Ano - 2006 - Req. Pedro Bragança, Lda. - Local da Obra - Praia do Carvalho - Freguesia - São Teotónio - Assunto - Junção ao Processo dos Elementos Solicitados. -----

----- Proc. Nº 7 - Ano - 2006 - Req. Cátia Patrícia Estibeira Rodrigues Ramos - Local da Obra - Loteamento Cerca da Teimosa, Lote 30 A - Freguesia - São Luís - Assunto - Pedido de Ocupação da Via Pública com Esplanada. -----

----- Proc. Nº 360 - Ano - 2004 - Req. Oceanis - Turismo e Agricultura, S.A. - Local da Obra - Herdade do Sardão, Entrada da Barca, S.Teotónio - Freguesia - São Teotónio - Assunto - A Junção ao Processo dos Elementos Solicitados-----

----- Proc. Nº 33 - Ano - 2001 - Req. Norberto Viana Gomes Sobral - Local da Obra - Portas do Transval - Freguesia - Salvador - Assunto - Junção de Elementos-----

----- Proc. Nº 19 - Ano - 2005 - Req. Filipe Manuel Jacinto - Local da Obra - Peladiço do Malavado - Freguesia - São Teotónio - Assunto - Informação Prévia de Operação de Loteamento -----

----- Proc. Nº 15 - Ano - 2001 - Req. Joaquim Modesto Gonçalves - Local da Obra - Monte Da Portelinha/Agachadinha - Portas do Transval - Freguesia - Santa Maria - Assunto - Recepção Provisória das Obras de Urbanização. -----

----- Proc. Nº 119 - Ano - 2006 - Req. Estrela Maria dos Santos - Local da Obra - Várzea da Ribeirinha - São Teotónio - Freguesia - São Teotónio - Assunto - Pedido de Certidão de Compropriedade -----

----- Propõe-se que seja tomado o devido conhecimento. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal tomou o devido conhecimento. -----

----- **2.3.2. - DIVISÃO DE REDE VIÁRIA E ESPACOS URBANOS** -----

----- 1 - *ASSUNTO N.º 0987-2006 - REPAVIMENTAÇÃO DA EM 552 ENTRE VIRADOURO E PORTELA DA FONTE SANTA - RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO DA EXECUÇÃO DO MURO DE GABIÕES AO KM 6,720* -----

----- Para o licenciamento do muro de gabiões referente à empreitada em epígrafe, é necessário pedir o regime de exceção da Reserva Ecológica Nacional, devido ao local de construção, se encontrar na zona da referida Reserva, onde é proibido qualquer tipo de construção, sendo incontornável a execução do referido muro, devido ao mesmo ser fundamental para a segurança de pessoas e bens que circulem na Estrada Municipal 552. -----

----- A formalização do pedido de exceção ao regime da Reserva Ecológica Nacional, será endereçado à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, e consta no preenchimento da ficha instrutora de Reconhecimento de Interesse Público, a qual deverá ser acompanhada entre outros documentos, por uma declaração de Interesse Municipal emitida pela Assembleia Municipal.-----

----- Propõe-se a aprovação do referido reconhecimento de Interesse Municipal pela Câmara Municipal, e envio posterior à Assembleia Municipal para aprovação e respectiva emissão da Declaração. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.-----

----- 2 - ASSUNTO N.º 1032-2006 - PROJECTO DE REGULAMENTO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE ODEMIRA.-----

----- Foi presente Projecto de Regulamento do Cemitério Municipal de Odemira para apreciação e recolha de contributos.-----

----- Propõe-se para recolha de contributos.-----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, distribuir para recolha de contributos.-----

----- 2.3.3. - DIVISÃO DE AMBIENTE-----

----- 1 - ASSUNTO N.º 1024-2006 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA-----

----- O Regulamento Municipal de Abastecimento de Água foi publicado no Diário da República, II série de 18 de Outubro de 2004.-----

----- Contudo, decorridos dois anos da sua aplicação apresentam-se agora algumas alterações com vista à sua actualização em termos de legislação e adaptação à presente realidade.-----

----- Junto se remete as alterações propostas para aprovação do Regulamento Municipal de Abastecimento de Água.-----

----- Propõe-se para aprovação nos termos propostos e posterior remessa à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação.-----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar nos termos propostos, com os votos contra dos Senhores Vereadores da CDU – Coligação Democrática Unitária.-----

----- Os Senhores Vereadores Eleitos pela CDU – Coligação Democrática Unitária,

apresentaram a Declaração de Voto, que seguidamente se transcreve: -----

----- “DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- Foi apresentado, para apreciação e aprovação alterações aos Regulamentos Municipais, do Serviço de Abastecimento de Água, Águas Residuais (esgotos) e de Resíduos Sólidos (lixo), cujas alterações incidem fundamentalmente e no concreto no substancial agravamento do custo de vida das famílias. -----

----- Em reunião do Executivo Municipal recentemente ocorrida, os eleitos da CDU apresentaram sugestões, que tinham de facto em conta uma melhoria substancial das condições de vida das famílias mais necessitadas do nosso Concelho. -----

----- A alteração referente à designação de Salário Mínimo Nacional para Retribuição Mínima Mensal Garantida, é nosso entendimento, que esta por si só não justifica ou exige qualquer alteração dos regulamentos existentes, pois decorre claramente da legislação actualmente em vigor; -----

----- Numa situação de crise em que o País se encontra. Na desertificação acentuada do nosso Concelho. Na falta de emprego estável para as famílias e jovens que aqui vivem e querem continuar a viver. No crescente envelhecimento da nossa população, em que muitos têm reformas mínimas que mal dão para os medicamentos. Onde empresários e famílias se vêm confrontados com o aumento de impostos, em IRS, IRC, IVA, IMI, IMT, alguns dos quais da responsabilidade da gestão da Câmara. -----

----- São propostos aumentos, para serem cobrados para o próximo ano, com variações entre 9,44% e 96,6%. -----

----- Exemplos:-----

-----Consumidores Domésticos-----

1º Escalão – 5 m³			
	385,9	403	0,04
Contador	2,06	2,17	0,05
Água	1,35	1,8	0,33
Esgotos	1,34885	1,806	0,34
Lixo	1,23488	2,418	0,96
IVA	0,1705	0,1985	0,16
Total	6,16423	8,3925	0,36

2º Escalão – 10 m³			
	385,9	403	0,04
Contador	2,06	2,17	0,05
Água	4,6	5,6	0,22
Esgotos	3,0854	3,821	0,24
Lixo	1,81373	3,224	0,78
IVA	0,333	0,3885	0,17
Total	11,89213	15,2035	0,28

1º Escalão – 15 m³			
	385,9	403	0,04
Contador	2,06	2,17	0,05
Água	6,9	8,4	0,22
Esgotos	4,2431	5,2315	0,23
Lixo	1,81373	3,224	0,78
IVA	0,448	0,5285	0,18
Total	15,46483	19,554	0,26

2º Escalão – 20 m³			
	385,9	403	0,04
Contador	2,06	2,17	0,05
Água	9,2	11,2	0,22
Esgotos	5,4008	6,642	0,23
Lixo	1,81373	3,224	0,78
IVA	0,563	0,6685	0,19
Total	19,03753	23,9045	0,26

1º Escalão – 10 m³			
	385,9	403	0,04
Contador	2,06	2,17	0,05
Água	12,3	13,7	0,11
Esgotos	9,648	11,086	0,15
Lixo	4,6308	7,254	0,57
IVA	0,718	0,7935	0,11
Total	29,3568	35,0035	0,19

2º Escalão – 20 m³			
	385,9	403	0,04
Contador	2,06	2,17	0,05
Água	26,2	29	0,11
Esgotos	19,6814	22,37	0,14
Lixo	11,577	14,105	0,22
IVA	1,413	1,5585	0,10
Total	60,9314	69,2035	0,14

----- Não concordamos com o exagerado aumento proposto. -----

----- Por outro lado os aumentos de taxas e tarifas propostos, são contraditórias com o recente acordo entre o Poder Central, sindicatos e empresários, de um pequeno aumento salarial para os trabalhadores, pois tiram e acentuam cada vez mais as desigualdades e cavam cada vez mais o fosso, entre os que mais têm e os que vivem com mais dificuldades. Mais parece o “jogo do rapa” do pão e tira.-----

----- Continuaremos a reivindicar a discussão da proposta de criar o Cartão Social apresentada pelos eleitos da CDU, que visa atribuir significativamente benefícios nos consumos de águas, águas residuais (esgotos), resíduos sólidos (lixos), bem como em todas as taxas dos serviços que o Município presta aos cidadãos.-----

----- É por este conjunto de questões, que irão agravar o nível de vida dos munícipes do nosso Concelho, que os eleitos da CDU no executivo da Câmara Municipal, votam contra as alterações dos Regulamentos.-----

----- Odemira, 2006.12.07 -----

----- Os eleitos da CDU -----

-----a) Cláudio José dos Santos Percheiro -----

-----a) Abílio José Guilherme Bejinha -----
-----a) Manuel da Silva Cruz” -----
-----Os Senhores Vereadores Eleitos pelo Partido Socialista, apresentaram a Declaração de Voto, que seguidamente se transcreve: -----
----- “DECLARAÇÃO DE VOTO -----
----- ALTERAÇÃO AOS REGULAMENTOS MUNICIPAIS DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DE ÁGUAS RESIDUAIS E DE RESÍDUOS SÓLIDOS -----
----- Os Eleitos do Partido Socialista na Câmara Municipal propõem e votam favoravelmente as alterações dos Regulamentos em vigor do Serviço de Abastecimento de Água, de Águas Residuais e de Resíduos Sólidos do Município de Odemira com base num conjunto de fundamentos que importa realçar; -----
----- Os Regulamentos em vigor do Serviço de Abastecimento de Água, de Águas Residuais e de Resíduos Sólidos do Município de Odemira foram publicados em Diário da República no Apêndice nº127 – II série - Nº195 de 25 de Agosto de 2003, com as alterações publicadas em 18 Outubro de 2004 no Apêndice nº 125 – II série Nº245. -----
----- A Fundamentação da Regulamentação em vigor assentou na altura nos seguintes pressupostos; -----
----- . Inexistência de Regulamentação actualizada sobre Abastecimento de Água – O regulamento e tarifário remontava a 1991 (11 anos sem actualizações). -----
----- A inexistência de qualquer Regulamentação Municipal sobre Águas Residuais e Resíduos Sólidos. -----
----- . A necessidade de cobrir os custos do sistema face aos acréscimos verificados na água na origem, análises e suas periodicidades, tecnologia dos sistemas actuais e consequente especialização de mão de obra, matérias primas utilizadas nos tratamentos, custos energéticos, de manutenção ... entre outros. -----

----- . Por outro lado o antigo “Recibo da Água” foi substituído por novo recibo designado de “Factura/Recibo” enviado ao domicilio via CTT com discriminação de valores por tipo de serviço prestado, onde se detalha a Tarifa do Serviço de Água, Serviço de Esgotos e de Resíduos Sólidos. Este novo método veio alargar o leque de opções do modo de pagamento, passando a ser possível fazê-lo nas Juntas de Freguesia, por Transferência Bancária, MultiBanco ou na própria Câmara Municipal. -----

----- Ao longo de todo este processo foram acolhidas diversas sugestões e contributos de todos os quadrantes e sensibilidades políticas, bem como uma ampla e demorada discussão no colectivo da Câmara e na Assembleia Municipal. -----

----- Estes novos regulamentos surgiram na sequência de diversas insistências do Poder Central para que os Municípios apliquem o princípio do poluidor/utilizador-pagador, pois tal incumprimento poderia mesmo pôr em causa o acesso desses Municípios aos Fundos do Quadro Comunitário de Apoio III por comprovado incumprimento das directivas comunitárias e foram concebidos no âmbito da AMLA e do grupo técnico dos Municípios que dela fazem parte. -- -----

----- Esta orientação estratégica teve por base o conceito de regulamentos “tipo” na região do Alentejo Litoral em Sistema Intermunicipal uma vez que estabeleceram estratégias comuns no domínio dos Resíduos Sólidos – através da AMAGRA e da Ambilital, EIM e nos domínios das Águas de Abastecimento e das Águas Residuais através da AMLA e da LITÁguas, EIM na sequência de candidaturas de diversos investimentos ao Fundo de Coesão que só estão acessíveis a sistemas Intermunicipais e MultiMunicipais. -----

----- Sublinhe-se que a prestação de serviços aos cidadãos no domínio do saneamento básico (abastecimento de água para consumo humano, drenagem e tratamento de esgoto e recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos) é competência das autarquias, exclusivamente ou em ligação com sistemas multimunicipais ou intermunicipais. -----

----- Por outro lado, e de acordo com as regras comunitárias, em todos os sectores, e também no Saneamento Básico, deve ser aplicado o princípio do poluidor/utilizador-pagador, ou seja, cada cidadão deve, por exemplo, pagar a água que gasta, pagar o serviço de recolha e tratamento do lixo e de drenagem e tratamento do esgoto que produz a um preço nunca inferior ao que esses serviços custam ao Município.-----

----- Recorde-se que foi neste contexto que o Sr Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente enviou um ofício a todos os Municípios em de 15 de Janeiro de 2003 onde referia; “... caso ainda não tenha implementado no município a que preside, um sistema de pagamento de tarifas que cubra os custos inerentes ao adequado funcionamento e controle dos sistemas em causa, venho por este meio convidá-lo a, com a máxima urgência, promover a tomada de decisões nesta matéria.”-----

----- O Ministro concluiu o ofício afirmando que, “...a curto prazo, os Municípios passarão a ser fiscalizadas pelos Serviços Governamentais para averiguarem se as autarquias estão a cobrar as tarifas de acordo com a orientação transmitida.”. E de facto o IRAR está a fazê-lo desde 2004!-----

----- Convém frisar ainda, que já se encontra estruturado o Plano Estratégico de Águas de Abastecimento e Saneamento de Águas Residuais - PEAASAR 2007-2013 – documento estratégico que define o âmbito e os objectivos do sector das águas para o próximo ciclo de financiamentos comunitários e onde se dá destaque fundamental à universalidade, continuidade e qualidade do serviço, à sustentabilidade do sector, e à protecção ambiental, sublinhando-se a necessária “recuperação integral dos custos incorridos dos serviços” e da necessária “solidariedade nacional e regional nas soluções adoptadas, contribuindo para o pagamento de serviços a um preço justo e adaptado ao poder de compra dos utilizadores ... privilegiando a adequada cobertura da população em detrimento da rentabilidade imediata dos investimentos”.-

----- O Município de Odemira desde sempre praticou “preços sociais” para o serviço de

abastecimento de água reconhecendo as carências e dificuldades das populações. No entanto, esta opção tem limites mínimos e não permite sustentabilidade e equidade por si só, para além de violar os princípios da OCDE e da União Europeia agora vertidos no PEAASAR, uma vez que um preço muito abaixo do custo induz a, designadamente; -----

----- . Promover o desperdício de um bem escasso que deve ser utilizado com racionalidade; -----

----- . Prejudicar o ambiente na medida em que fomenta o desperdício; -----

----- . Desrespeitar o princípio do poluidor/utilizador-pagador; -----

----- . É socialmente injusto, não considerando o poder de compra do consumidor; -----

----- . É Operacionalmente insustentável pois não cobre os custos de manutenção e renovação; -----

----- . É penalizador das gerações futuras que têm de fazer um esforço financeiro adicional na reabilitação dos sistemas entretanto mal geridos e mantidos. -----

----- Esta situação de insustentabilidade conduz a que as receitas geradas sejam canalizadas para os custos correntes – que não cobre totalmente, relegando para segundo plano os custos de investimento e de renovação do Património. -----

----- Importa igualmente realçar o custo real destes serviços actualmente, contabilizando-se para tal os custos de obtenção da água, de pessoal exclusivamente afecto a estes serviços, gastos de electricidade, gastos em material e equipamentos para manutenção/substituição, matérias primas aplicadas no tratamento, gastos em análises de controlo e despesas de Leitura e cobrança. -----

----- Desta forma concluí-se que os encargos actuais do Município para a água de abastecimento são de 1,20 Euros/m³, sendo 1,10 Euros/m³ para a drenagem e tratamento de Esgoto e 63,81 Euros/tonelada para os Resíduos Sólidos. -----

----- Note-se que a Autarquia suporta desde 2001 um custo anual da ordem dos 340.000,00

Euros à empresa Ambilital,EIM correspondente a um pagamento para o ano de 2007 de 28,65 Euros/tonelada de Lixo entregue na Estação de Transferência com destino ao Aterro Sanitário de Ermidas e um valor de cerca de 200.000,00 Euros/ano de subvenção das recolhas selectivas implementadas. Note-se que a estes custos há a acrescer todos os encargos do sistema de deposição e recolha efectuado pela Município e que se estende a todo o concelho, sendo assegurado actualmente por cinco circuitos permanentes e reforçado com mais um circuito no período de Verão.-----

----- Por outro lado, o Relatório do PEAASAR II publicado em 10 Fevereiro de 2006, mostra que o sistema Tarifário de águas de Odemira se enquadra nos 44 Municípios de entre 308 que pratica uma Tarifa mínima abaixo de 0,40 Euros/m³, sendo insustentável a manutenção de uma tarifa base de 0,27 Euros/m³ praticada actualmente. No Alentejo Central (região com um PIB abaixo do Litoral Alentejano) e Algarve (região com um PIB ao nível do Litoral Alentejano) estes valores ultrapassam os 0,40 Euros/m³ para o 1º escalão e no 2º escalão os 0,80 Euros/m³.-----

----- Esta situação é igualmente evidente no Tarifário de Resíduos Sólidos praticado cuja comparação nos Estudos de elaboração do PERSU II demonstram que 1,23 Euros – para o 1º escalão, corresponde a 25% dos valores médios praticados nos sistemas de recolha e tratamento semelhantes ao Litoral Alentejano, designadamente no Alentejo Central e Algarve, sendo que este último ultrapassa os 5 Euros.-----

----- Refira-se ainda que o modo de fixação dos preços dos serviços de abastecimento de água, de drenagem e tratamento de águas residuais e de recolha e tratamento de resíduos sólidos deve ser encarado como um caminho para a sustentabilidade do sistema de gestão destes serviços, considerando as realidades locais nas vertentes sociais e ambientais; -----

----- Neste contexto, consideram-se na constituição dos tarifários três factores; Um de Sustentabilidade Económica e financeira, com destaque para o que diz a Lei da água e que

introduz novos conceitos para o regime de tarifas no seu artº78 – nº1 “Assegurar tendencialmente e em prazo razoável a recuperação do investimento inicial e de eventuais novos investimentos de expansão, modernização e substituição, deduzidos da percentagem das participações e subsídios a fundo perdido e ... assegurar a manutenção, reparação e renovação de todos os bens e equipamentos afectos aos serviços e outros encargos obrigatórios...”, ou seja, os custos e as receitas do sector têm de tender para um equilíbrio. O segundo factor de Sustentabilidade Ambiental deve incorporar nos preços destes serviços os custos ambientais e os custos de escassez embora a sua quantificação seja complexa e fortemente variável. Por último é essencial que o preço da água não incentive o desperdício e um terceiro factor de Sustentabilidade Social, sendo de considerar as assimetrias de qualidade de vida, criação de riqueza e desenvolvimento económico entre regiões e mesmo entre municípios, os tarifários devem ter em conta a sustentabilidade social, garantindo o acesso desse bem a toda a população, mesmo que estes não a possam pagar. -----

----- Assim, -----

----- À Tarifa média deve associar-se um sistema tarifário que contemple; -----

----- .Um valor fixo de disponibilidade do serviço;-----

----- .Um preço variável e função do consumo;-----

----- .Um escalão de preço variável baixo e acessível à população mais carenciada (incluindo mecanismos especiais de ponderação a reformados pensionistas, famílias numerosas e abaixo do limiar de pobreza), sendo de sublinhar que a este propósito o regulamento já contempla o desagramento de tarifas para famílias numerosas, e que quanto ao tarifário a aplicar a famílias carenciadas, se propõe que estas situações de natureza social sejam alvo de candidatura no âmbito da Rede Social do Concelho de Odemira, devendo ser formuladas junto dos Serviços de Acção Social do Município onde serão instruídos os pedidos, analisados e propostos a decisão superior – por deliberação do colectivo Municipal, podendo ser

considerado (quando julgado essencial) um apoio de 30% de desconto sobre a factura final dos serviços de água, esgotos e resíduos sólidos a aplicar aos consumos do agregado familiar do requerente na sua habitação permanente. -----

----- Neste contexto, e porque as propostas de Alteração aos Regulamentos e Tarifários dos REGULAMENTOS MUNICIPAIS DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DE ÁGUAS RESIDUAIS E DE RESÍDUOS SÓLIDOS contemplam no essencial; -----

----- AJUSTAMENTOS DE TARIFÁRIOS FACE AO ACRÉSCIMO DE EXIGÊNCIAS LEGAIS, dos quais se destacam;-----

----- . Acréscimo de custos de Análises (aumento derivado ao tipo e periodicidade decorrentes das exigências do DL 243/2001 de 5 Set), e das implicações do aumento da Fiscalização pelo IRAR;-----

----- . Acréscimo de exigências de controlo e protecção das captações decorrentes do DL 58/2005 de 29 Dez – Lei da água;-----

----- . Acréscimo de exigências de controlo e tratamento das águas residuais decorrentes do DL 149/2004 de 22 Jun – que altera o DL 152/97 de 19 de Junho;-----

----- e AJUSTAMENTO DE TARIFÁRIOS FACE AO ACRÉSCIMO DE CUSTOS GERAIS, que se resumem;-----

----- . Na necessidade de cobrir os custos do sistema face aos acréscimos verificados na água na origem (aumento do preço pela ABMira e cobrança da água captada nos furos);-----

----- . No aumento significativo dos Custos energéticos (Electricidade e derivados do Petróleo); -----

----- . No aumento da Tarifa de Transferência e Tratamento de Resíduos Sólidos praticada pela Ambilital, EIM (passou de 24,33 para 28,65Euros/tonelada) a aplicar em 2007;-----

----- . Na necessidade de cobrir a subvenção do sistema Subrecicl da Ambilital, EIM em 45,23 Euros/tonelada de recicláveis - face às pequenas quantidades recolhidas pelo sistema;-----

----- e em AJUSTAMENTOS TENDENTES A UMA MAIOR JUSTIÇA SOCIAL,
destacando-se;-----

----- . A Diferenciação d a poupança real ao longo de todo o ano da derivada da ausência
prolongada de consumo;-----

----- . O Ajustamento d o diferencial entre escalões, designadamente nos abaixo do custo
real; ----

----- . e o Evidenciar das situações efectivamente sociais dos consumos provocados pela
sazonalidade;-----

----- considera-se estar a contribuir para melhorar os regulamentos em vigor, tendendo para
os princípios da OCDE e da União Europeia agora vertidos no PEAASAR 2007-2013, dando-
lhes maior equilíbrio e justiça relativa na sua aplicação pelos diferentes tipos de consumidores e
atenta a realidade muito específica do concelho, onde a água ainda é um bem escasso e
precioso no interior do concelho, leia-se ; nas zonas não servidas a partir do canal da Barragem
de Santa Clara, e como tal continua a ser essencial manter alguns factores de controlo de
consumos excessivos – agravando-os na tarifa, como forma de garantir o abastecimento
essencial às populações. -----

----- Em suma, por todas as razões apresentadas, propomos e aprovamos a alteração dos
seguintes regulamentos supra referidos -----

----- Odemira, 7 Dezembro de 2006 -----

----- Os Eleitos do Partido Socialista; -----

-----a) António Manuel Camilo Coelho -----

-----a) José Alberto Candeias Guerreiro -----

-----a) Carlos Alberto Silva Oliveira -----

-----a) Hélder António Guerreiro “ -----

----- 2 - ASSUNTO N.º 1025-2006 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO

MUNICIPAL DE ÁGUAS RESIDUAIS-----

----- O Regulamento Municipal de Águas Residuais foi publicado no Diário da República, II série de 18 de Outubro de 2004.-----

----- Contudo, decorridos dois anos da sua aplicação apresentam-se agora algumas alterações, com vista à sua actualização em termos de legislação e adaptação à presente realidade.-----

----- Junto se remete as alterações propostas para aprovação do Regulamento Municipal de Águas Residuais.-----

----- Propõe-se para aprovação nos termos propostos e posterior remessa à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação.-----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar nos termos propostos, com os votos contra dos Senhores Vereadores da CDU – Coligação Democrática Unitária.-----

----- Os Senhores Vereadores Eleitos pela CDU – Coligação Democrática Unitária, apresentaram a Declaração de Voto, que seguidamente se transcreve:-----

----- “DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- Foi apresentado, para apreciação e aprovação alterações aos Regulamentos Municipais, do Serviço de Abastecimento de Água, Águas Residuais (esgotos) e de Resíduos Sólidos (lixo), cujas alterações incidem fundamentalmente e no concreto no substancial agravamento do custo de vida das famílias.-----

----- Em reunião do Executivo Municipal recentemente ocorrida, os eleitos da CDU apresentaram sugestões, que tinham de facto em conta uma melhoria substancial das condições de vida das famílias mais necessitadas do nosso Concelho.-----

----- A alteração referente à designação de Salário Mínimo Nacional para Retribuição Mínima Mensal Garantida, é nosso entendimento, que esta por si só não justifica ou exige

qualquer alteração dos regulamentos existentes, pois decorre claramente da legislação actualmente em vigor; -----

----- Numa situação de crise em que o País se encontra. Na desertificação acentuada do nosso Concelho. Na falta de emprego estável para as famílias e jovens que aqui vivem e querem continuar a viver. No crescente envelhecimento da nossa população, em que muitos têm reformas mínimas que mal dão para os medicamentos. Onde empresários e famílias se vêm confrontados com o aumento de impostos, em IRS, IRC, IVA, IMI, IMT, alguns dos quais da responsabilidade da gestão da Câmara. -----

----- São propostos aumentos, para serem cobrados para o próximo ano, com variações entre 9,44% e 96,6%. -----

----- Exemplos:-----

-----Consumidores Domésticos-----

1º Escalão – 5 m³			
	385,9	403	0,04
Contador	2,06	2,17	0,05
Água	1,35	1,8	0,33
Esgotos	1,34885	1,806	0,34
Lixo	1,23488	2,418	0,96
IVA	0,1705	0,1985	0,16
Total	6,16423	8,3925	0,36

2º Escalão – 10 m³			
	385,9	403	0,04
Contador	2,06	2,17	0,05
Água	4,6	5,6	0,22
Esgotos	3,0854	3,821	0,24
Lixo	1,81373	3,224	0,78
IVA	0,333	0,3885	0,17
Total	11,89213	15,2035	0,28

1º Escalão – 15 m³			
	385,9	403	0,04
Contador	2,06	2,17	0,05
Água	6,9	8,4	0,22
Esgotos	4,2431	5,2315	0,23
Lixo	1,81373	3,224	0,78
IVA	0,448	0,5285	0,18
Total	15,46483	19,554	0,26

2º Escalão – 20 m³			
	385,9	403	0,04
Contador	2,06	2,17	0,05
Água	9,2	11,2	0,22
Esgotos	5,4008	6,642	0,23
Lixo	1,81373	3,224	0,78
IVA	0,563	0,6685	0,19
Total	19,03753	23,9045	0,26

-----Consumidores Empresariais-----

1º Escalão – 10 m³			
	385,9	403	0,04
Contador	2,06	2,17	0,05
Água	12,3	13,7	0,11
Esgotos	9,648	11,086	0,15
Lixo	4,6308	7,254	0,57
IVA	0,718	0,7935	0,11
Total	29,3568	35,0035	0,19

2º Escalão – 20 m³			
	385,9	403	0,04
Contador	2,06	2,17	0,05
Água	26,2	29	0,11
Esgotos	19,6814	22,37	0,14
Lixo	11,577	14,105	0,22
IVA	1,413	1,5585	0,10
Total	60,9314	69,2035	0,14

----- Não concordamos com o exagerado aumento proposto. -----

----- Por outro lado os aumentos de taxas e tarifas propostos, são contraditórias com o recente acordo entre o Poder Central, sindicatos e empresários, de um pequeno aumento salarial para os trabalhadores, pois tiram e acentuam cada vez mais as desigualdades e cavam cada vez mais o fosso, entre os que mais têm e os que vivem com mais dificuldades. Mais parece o “jogo

do rapa” do põe e tira.-----

----- Continuaremos a reivindicar a discussão da proposta de criar o Cartão Social apresentada pelos eleitos da CDU, que visa atribuir significativamente benefícios nos consumos de águas, águas residuais (esgotos), resíduos sólidos (lixos), bem como em todas as taxas dos serviços que o Município presta aos cidadãos.-----

----- É por este conjunto de questões, que irão agravar o nível de vida dos munícipes do nosso Concelho, que os eleitos da CDU no executivo da Câmara Municipal, votam contra as alterações dos Regulamentos.-----

----- Odemira, 2006.12.07-----

----- Os eleitos da CDU-----

-----a) Cláudio José dos Santos Percheiro -----

-----a) Abílio José Guilherme Bejinha -----

-----a) Manuel da Silva Cruz”. -----

-----Os Senhores Vereadores Eleitos pelo Partido Socialista, apresentaram a Declaração de Voto, que seguidamente se transcreve: -----

----- “DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- ALTERAÇÃO AOS REGULAMENTOS MUNICIPAIS DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DE ÁGUAS RESIDUAIS E DE RESÍDUOS SÓLIDOS -----

----- Os Eleitos do Partido Socialista na Câmara Municipal propõem e votam favoravelmente as alterações dos Regulamentos em vigor do Serviço de Abastecimento de Água, de Águas Residuais e de Resíduos Sólidos do Município de Odemira com base num conjunto de fundamentos que importa realçar;-----

----- Os Regulamentos em vigor do Serviço de Abastecimento de Água, de Águas Residuais e de Resíduos Sólidos do Município de Odemira foram publicados em Diário da República no Apêndice nº127 – II série - Nº195 de 25 de Agosto de 2003, com as alterações

publicadas em 18 Outubro de 2004 no Apêndice nº 125 – II série Nº245.-----

----- A Fundamentação da Regulamentação em vigor assentou na altura nos seguintes pressupostos; -----

----- . Inexistência de Regulamentação actualizada sobre Abastecimento de Água – O regulamento e tarifário remontava a 1991 (11 anos sem actualizações). -----

----- A inexistência de qualquer Regulamentação Municipal sobre Águas Residuais e Resíduos Sólidos. -----

----- . A necessidade de cobrir os custos do sistema face aos acréscimos verificados na água na origem, análises e suas periodicidades, tecnologia dos sistemas actuais e consequente especialização de mão de obra, matérias primas utilizadas nos tratamentos, custos energéticos, de manutenção ... entre outros. -----

----- . Por outro lado o antigo “Recibo da Água” foi substituído por novo recibo designado de “Factura/Recibo” enviado ao domicilio via CTT com discriminação de valores por tipo de serviço prestado, onde se detalha a Tarifa do Serviço de Água, Serviço de Esgotos e de Resíduos Sólidos. Este novo método veio alargar o leque de opções do modo de pagamento, passando a ser possível fazê-lo nas Juntas de Freguesia, por Transferência Bancária, MultiBanco ou na própria Câmara Municipal. -----

----- Ao longo de todo este processo foram acolhidas diversas sugestões e contributos de todos os quadrantes e sensibilidades políticas, bem como uma ampla e demorada discussão no colectivo da Câmara e na Assembleia Municipal. -----

----- Estes novos regulamentos surgiram na sequência de diversas insistências do Poder Central para que os Municípios apliquem o princípio do poluidor/utilizador-pagador, pois tal incumprimento poderia mesmo pôr em causa o acesso desses Municípios aos Fundos do Quadro Comunitário de Apoio III por comprovado incumprimento das directivas comunitárias e foram concebidos no âmbito da AMLA e do grupo técnico dos Municípios que dela fazem

parte. -- -----

----- Esta orientação estratégica teve por base o conceito de regulamentos “tipo” na região do Alentejo Litoral em Sistema Intermunicipal uma vez que estabeleceram estratégias comuns no domínio dos Resíduos Sólidos – através da AMAGRA e da Ambital, EIM e nos domínios das Águas de Abastecimento e das Águas Residuais através da AMLA e da LITÁguas, EIM na sequência de candidaturas de diversos investimentos ao Fundo de Coesão que só estão acessíveis a sistemas Intermunicipais e MultiMunicipais. -----

----- Sublinhe-se que a prestação de serviços aos cidadãos no domínio do saneamento básico (abastecimento de água para consumo humano, drenagem e tratamento de esgoto e recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos) é competência das autarquias, exclusivamente ou em ligação com sistemas multimunicipais ou intermunicipais. -----

----- Por outro lado, e de acordo com as regras comunitárias, em todos os sectores, e também no Saneamento Básico, deve ser aplicado o princípio do poluidor/utilizador-pagador, ou seja, cada cidadão deve, por exemplo, pagar a água que gasta, pagar o serviço de recolha e tratamento do lixo e de drenagem e tratamento do esgoto que produz a um preço nunca inferior ao que esses serviços custam ao Município.-----

----- Recorde-se que foi neste contexto que o Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente enviou um ofício a todos os Municípios em de 15 de Janeiro de 2003 onde referia; “... caso ainda não tenha implementado no município a que preside, um sistema de pagamento de tarifas que cubra os custos inerentes ao adequado funcionamento e controle dos sistemas em causa, venho por este meio convidá-lo a, com a máxima urgência, promover a tomada de decisões nesta matéria.”-----

----- O Ministro concluiu o ofício afirmando que, “...a curto prazo, os Municípios passarão a ser fiscalizadas pelos Serviços Governamentais para averiguarem se as autarquias estão a cobrar as tarifas de acordo com a orientação transmitida.”. E de facto o IRAR está a fazê-lo

desde 2004!-----

----- Convém frisar ainda, que já se encontra estruturado o Plano Estratégico de Águas de Abastecimento e Saneamento de Águas Residuais - PEAASAR 2007-2013 – documento estratégico que define o âmbito e os objectivos do sector das águas para o próximo ciclo de financiamentos comunitários e onde se dá destaque fundamental à universalidade, continuidade e qualidade do serviço, à sustentabilidade do sector, e à protecção ambiental, sublinhando-se a necessária “recuperação integral dos custos incorridos dos serviços” e da necessária “solidariedade nacional e regional nas soluções adoptadas, contribuindo para o pagamento de serviços a um preço justo e adaptado ao poder de compra dos utilizadores ... privilegiando a adequada cobertura da população em detrimento da rentabilidade imediata dos investimentos”.-

----- O Município de Odemira desde sempre praticou “preços sociais” para o serviço de abastecimento de água reconhecendo as carências e dificuldades das populações. No entanto, esta opção tem limites mínimos e não permite sustentabilidade e equidade por si só, para além de violar os princípios da OCDE e da União Europeia agora vertidos no PEAASAR, uma vez que um preço muito abaixo do custo induz a, designadamente; -----

----- . Promover o desperdício de um bem escasso que deve ser utilizado com racionalidade; -----

----- . Prejudicar o ambiente na medida em que fomenta o desperdício; -----

----- . Desrespeitar o princípio do poluidor/utilizador-pagador; -----

----- . É socialmente injusto, não considerando o poder de compra do consumidor; -----

----- . É Operacionalmente insustentável pois não cobre os custos de manutenção e renovação; -----

----- . É penalizador das gerações futuras que têm de fazer um esforço financeiro adicional na reabilitação dos sistemas entretanto mal geridos e mantidos. -----

----- Esta situação de insustentabilidade conduz a que as receitas geradas sejam canalizadas

para os custos correntes – que não cobre totalmente, relegando para segundo plano os custos de investimento e de renovação do Património. -----

----- Importa igualmente realçar o custo real destes serviços actualmente, contabilizando-se para tal os custos de obtenção da água, de pessoal exclusivamente afecto a estes serviços, gastos de electricidade, gastos em material e equipamentos para manutenção/substituição, matérias primas aplicadas no tratamento, gastos em análises de controlo e despesas de Leitura e cobrança. -----

----- Desta forma concluí-se que os encargos actuais do Município para a água de abastecimento são de 1,20 Euros/m³, sendo 1,10 Euros/m³ para a drenagem e tratamento de Esgoto e 63,81 Euros/tonelada para os Resíduos Sólidos.-----

----- Note-se que a Autarquia suporta desde 2001 um custo anual da ordem dos 340.000,00 Euros à empresa Ambilital,EIM correspondente a um pagamento para o ano de 2007 de 28,65 Euros/tonelada de Lixo entregue na Estação de Transferência com destino ao Aterro Sanitário de Ermidas e um valor de cerca de 200.000,00 Euros/ano de subvenção das recolhas selectivas implementadas. Note-se que a estes custos há a acrescer todos os encargos do sistema de deposição e recolha efectuado pela Município e que se estende a todo o concelho, sendo assegurado actualmente por cinco circuitos permanentes e reforçado com mais um circuito no período de Verão.-----

----- Por outro lado, o Relatório do PEAASAR II publicado em 10 Fevereiro de 2006, mostra que o sistema Tarifário de águas de Odemira se enquadra nos 44 Municípios de entre 308 que pratica uma Tarifa mínima abaixo de 0,40 Euros/m³, sendo insustentável a manutenção de uma tarifa base de 0,27 Euros/m³ praticada actualmente. No Alentejo Central (região com um PIB abaixo do Litoral Alentejano) e Algarve (região com um PIB ao nível do Litoral Alentejano) estes valores ultrapassam os 0,40 Euros/m³ para o 1º escalão e no 2º escalão os 0,80 Euros/m³.-----

----- Esta situação é igualmente evidente no Tarifário de Resíduos Sólidos praticado cuja comparação nos Estudos de elaboração do PERSU II demonstram que 1,23 Euros – para o 1º escalão, corresponde a 25% dos valores médios praticados nos sistemas de recolha e tratamento semelhantes ao Litoral Alentejano, designadamente no Alentejo Central e Algarve, sendo que este último ultrapassa os 5 Euros. -----

----- Refira-se ainda que o modo de fixação dos preços dos serviços de abastecimento de água, de drenagem e tratamento de águas residuais e de recolha e tratamento de resíduos sólidos deve ser encarado como um caminho para a sustentabilidade do sistema de gestão destes serviços, considerando as realidades locais nas vertentes sociais e ambientais; -----

----- Neste contexto, consideram-se na constituição dos tarifários três factores; Um de Sustentabilidade Económica e financeira, com destaque para o que diz a Lei da água e que introduz novos conceitos para o regime de tarifas no seu artº78 – nº1 “Assegurar tendencialmente e em prazo razoável a recuperação do investimento inicial e de eventuais novos investimentos de expansão, modernização e substituição, deduzidos da percentagem das participações e subsídios a fundo perdido e ... assegurar a manutenção, reparação e renovação de todos os bens e equipamentos afectos aos serviços e outros encargos obrigatórios...”, ou seja, os custos e as receitas do sector têm de tender para um equilíbrio. O segundo factor de Sustentabilidade Ambiental deve incorporar nos preços destes serviços os custos ambientais e os custos de escassez embora a sua quantificação seja complexa e fortemente variável. Por último é essencial que o preço da água não incentive o desperdício e um terceiro factor de Sustentabilidade Social, sendo de considerar as assimetrias de qualidade de vida, criação de riqueza e desenvolvimento económico entre regiões e mesmo entre municípios, os tarifários devem ter em conta a sustentabilidade social, garantindo o acesso desse bem a toda a população, mesmo que estes não a possam pagar. -----

----- Assim, -----

----- À Tarifa média deve associar-se um sistema tarifário que contemple; -----
----- .Um valor fixo de disponibilidade do serviço;-----
----- .Um preço variável e função do consumo;-----
----- .Um escalão de preço variável baixo e acessível à população mais carenciada (incluindo mecanismos especiais de ponderação a reformados pensionistas, famílias numerosas e abaixo do limiar de pobreza), sendo de sublinhar que a este propósito o regulamento já contempla o desagramento de tarifas para famílias numerosas, e que quanto ao tarifário a aplicar a famílias carenciadas, se propõe que estas situações de natureza social sejam alvo de candidatura no âmbito da Rede Social do Concelho de Odemira, devendo ser formuladas junto dos Serviços de Acção Social do Município onde serão instruídos os pedidos, analisados e propostos a decisão superior – por deliberação do colectivo Municipal, podendo ser considerado (quando julgado essencial) um apoio de 30% de desconto sobre a factura final dos serviços de água, esgotos e resíduos sólidos a aplicar aos consumos do agregado familiar do requerente na sua habitação permanente. -----
----- Neste contexto, e porque as propostas de Alteração aos Regulamentos e Tarifários dos REGULAMENTOS MUNICIPAIS DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DE ÁGUAS RESIDUAIS E DE RESÍDUOS SÓLIDOS contemplam no essencial; -----
----- AJUSTAMENTOS DE TARIFÁRIOS FACE AO ACRÉSCIMO DE EXIGÊNCIAS LEGAIS, dos quais se destacam;-----
----- . Acréscimo de custos de Análises (aumento derivado ao tipo e periodicidade decorrentes das exigências do DL 243/2001 de 5 Set), e das implicações do aumento da Fiscalização pelo IRAR;-----
----- . Acréscimo de exigências de controlo e protecção das captações decorrentes do DL 58/2005 de 29 Dez – Lei da água; -----
----- . Acréscimo de exigências de controlo e tratamento das águas residuais decorrentes do

DL 149/2004 de 22 Jun – que altera o DL 152/97 de 19 de Junho;-----
----- e AJUSTAMENTO DE TARIFÁRIOS FACE AO ACRÉSCIMO DE CUSTOS
GERAIS, que se resumem;-----
----- . Na necessidade de cobrir os custos do sistema face aos acréscimos verificados na
água na origem (aumento do preço pela ABMira e cobrança da água captada nos furos);-----
----- . No aumento significativo dos Custos energéticos (Electricidade e derivados do
Petróleo); -----
----- . No aumento da Tarifa de Transferência e Tratamento de Resíduos Sólidos praticada
pela Ambilital, EIM (passou de 24,33 para 28,65Euros/tonelada) a aplicar em 2007;-----
----- . Na necessidade de cobrir a subvensão do sistema Subrecicl da Ambilital, EIM em
45,23 Euros/tonelada de recicláveis - face às pequenas quantidades recolhidas pelo sistema;-----
----- e em AJUSTAMENTOS TENDENTES A UMA MAIOR JUSTIÇA SOCIAL,
destacando-se;-----
----- . A Diferenciação d a poupança real ao longo de todo o ano da derivada da ausência
prolongada de consumo;-----
----- . O Ajustamento d o diferencial entre escalões, designadamente nos abaixo do custo
real; ---- -----
----- . e o Evidenciar das situações efectivamente sociais dos consumos provocados pela
sazonalidade;-----
----- considera-se estar a contribuir para melhorar os regulamentos em vigor, tendendo para
os princípios da OCDE e da União Europeia agora vertidos no PEAASAR 2007-2013, dando-
lhes maior equilíbrio e justiça relativa na sua aplicação pelos diferentes tipos de consumidores e
atenta a realidade muito específica do concelho, onde a água ainda é um bem escasso e
precioso no interior do concelho, leia-se ; nas zonas não servidas a partir do canal da Barragem
de Santa Clara, e como tal continua a ser essencial manter alguns factores de controlo de

consumos excessivos – agravando-os na tarifa, como forma de garantir o abastecimento essencial às populações. -----

----- Em suma, por todas as razões apresentadas, propomos e aprovamos a alteração dos seguintes regulamentos supra referidos -----

----- Odemira, 7 Dezembro de 2006 -----

----- Os Eleitos do Partido Socialista; -----

-----a) António Manuel Camilo Coelho -----

-----a) José Alberto Candeias Guerreiro -----

-----a) Carlos Alberto Silva Oliveira -----

-----a) Hélder António Guerreiro “. -----

----- 3 - ASSUNTO N.º 1027-2006 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS -----

----- O Regulamento Municipal de Resíduos Sólidos Urbanos foi publicado no Diário da República, II série de 18 de Outubro de 2004. -----

----- Contudo, decorridos dois anos da sua aplicação apresentam-se agora algumas alterações com vista à sua actualização em termos de legislação e adaptação à presente realidade.-----

----- Junto se remete as alterações propostas para aprovação do Regulamento Municipal de Resíduos Sólidos Urbanos.-----

----- Propõe-se para aprovação nos termos propostos e posterior remessa à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação.-----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar nos termos propostos, com os votos contra dos Senhores Vereadores da CDU – Coligação Democrática Unitária.-----

-----Os Senhores Vereadores Eleitos pela CDU – Coligação Democrática Unitária,

apresentaram a Declaração de Voto, que seguidamente se transcreve: -----

----- “DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- Foi apresentado, para apreciação e aprovação alterações aos Regulamentos Municipais, do Serviço de Abastecimento de Água, Águas Residuais (esgotos) e de Resíduos Sólidos (lixo), cujas alterações incidem fundamentalmente e no concreto no substancial agravamento do custo de vida das famílias. -----

----- Em reunião do Executivo Municipal recentemente ocorrida, os eleitos da CDU apresentaram sugestões, que tinham de facto em conta uma melhoria substancial das condições de vida das famílias mais necessitadas do nosso Concelho.-----

----- A alteração referente à designação de Salário Mínimo Nacional para Retribuição Mínima Mensal Garantida, é nosso entendimento, que esta por si só não justifica ou exige qualquer alteração dos regulamentos existentes, pois decorre claramente da legislação actualmente em vigor; -----

----- Numa situação de crise em que o País se encontra. Na desertificação acentuada do nosso Concelho. Na falta de emprego estável para as famílias e jovens que aqui vivem e querem continuar a viver. No crescente envelhecimento da nossa população, em que muitos têm reformas mínimas que mal dão para os medicamentos. Onde empresários e famílias se vêm confrontados com o aumento de impostos, em IRS, IRC, IVA, IMI, IMT, alguns dos quais da responsabilidade da gestão da Câmara.-----

----- São propostos aumentos, para serem cobrados para o próximo ano, com variações entre 9,44% e 96,6%. -----

----- Exemplos:-----

-----Consumidores Domésticos-----

1º Escalão – 5 m³			
	385,9	403	0,04
Contador	2,06	2,17	0,05
Água	1,35	1,8	0,33
Esgotos	1,34885	1,806	0,34
Lixo	1,23488	2,418	0,96
IVA	0,1705	0,1985	0,16
Total	6,16423	8,3925	0,36

2º Escalão – 10 m³			
	385,9	403	0,04
Contador	2,06	2,17	0,05
Água	4,6	5,6	0,22
Esgotos	3,0854	3,821	0,24
Lixo	1,81373	3,224	0,78
IVA	0,333	0,3885	0,17
Total	11,89213	15,2035	0,28

1º Escalão – 15 m³			
	385,9	403	0,04
Contador	2,06	2,17	0,05
Água	6,9	8,4	0,22
Esgotos	4,2431	5,2315	0,23
Lixo	1,81373	3,224	0,78
IVA	0,448	0,5285	0,18
Total	15,46483	19,554	0,26

2º Escalão – 20 m³			
	385,9	403	0,04
Contador	2,06	2,17	0,05
Água	9,2	11,2	0,22
Esgotos	5,4008	6,642	0,23
Lixo	1,81373	3,224	0,78
IVA	0,563	0,6685	0,19
Total	19,03753	23,9045	0,26

-----Consumidores Empresariais-----

1º Escalão – 10 m³

2º Escalão – 20 m³

	385,9	403	0,04
Contador	2,06	2,17	0,05
Água	12,3	13,7	0,11
Esgotos	9,648	11,086	0,15
Lixo	4,6308	7,254	0,57
IVA	0,718	0,7935	0,11
Total	29,3568	35,0035	0,19

	385,9	403	0,04
Contador	2,06	2,17	0,05
Água	26,2	29	0,11
Esgotos	19,6814	22,37	0,14
Lixo	11,577	14,105	0,22
IVA	1,413	1,5585	0,10
Total	60,9314	69,2035	0,14

----- Não concordamos com o exagerado aumento proposto. -----

----- Por outro lado os aumentos de taxas e tarifas propostos, são contraditórias com o recente acordo entre o Poder Central, sindicatos e empresários, de um pequeno aumento salarial para os trabalhadores, pois tiram e acentuam cada vez mais as desigualdades e cavam cada vez mais o fosso, entre os que mais têm e os que vivem com mais dificuldades. Mais parece o “jogo do rapa” do põe e tira.-----

----- Continuaremos a reivindicar a discussão da proposta de criar o Cartão Social apresentada pelos eleitos da CDU, que visa atribuir significativamente benefícios nos consumos de águas, águas residuais (esgotos), resíduos sólidos (lixos), bem como em todas as taxas dos serviços que o Município presta aos cidadãos.-----

----- É por este conjunto de questões, que irão agravar o nível de vida dos munícipes do nosso Concelho, que os eleitos da CDU no executivo da Câmara Municipal, votam contra as alterações dos Regulamentos.-----

----- Odemira, 2006.12.07 -----

----- Os eleitos da CDU -----

-----a) Cláudio José dos Santos Percheiro -----

-----a) Abílio José Guilherme Bejinha -----

-----a) Manuel da Silva Cruz”. -----

-----Os Senhores Vereadores Eleitos pelo Partido Socialista, apresentaram a Declaração de Voto, que seguidamente se transcreve: -----

----- “DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- ALTERAÇÃO AOS REGULAMENTOS MUNICIPAIS DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DE ÁGUAS RESIDUAIS E DE RESÍDUOS SÓLIDOS -----

----- Os Eleitos do Partido Socialista na Câmara Municipal propõem e votam favoravelmente as alterações dos Regulamentos em vigor do Serviço de Abastecimento de Água, de Águas Residuais e de Resíduos Sólidos do Município de Odemira com base num conjunto de fundamentos que importa realçar;-----

----- Os Regulamentos em vigor do Serviço de Abastecimento de Água, de Águas Residuais e de Resíduos Sólidos do Município de Odemira foram publicados em Diário da República no Apêndice nº127 – II série - Nº195 de 25 de Agosto de 2003, com as alterações publicadas em 18 Outubro de 2004 no Apêndice nº 125 – II série Nº245.-----

----- A Fundamentação da Regulamentação em vigor assentou na altura nos seguintes pressupostos; -----

----- . Inexistência de Regulamentação actualizada sobre Abastecimento de Água – O regulamento e tarifário remontava a 1991 (11 anos sem actualizações).-----

----- A inexistência de qualquer Regulamentação Municipal sobre Águas Residuais e Resíduos Sólidos.-----

----- . A necessidade de cobrir os custos do sistema face aos acréscimos verificados na água na origem, análises e suas periodicidades, tecnologia dos sistemas actuais e consequente especialização de mão de obra, matérias primas utilizadas nos tratamentos, custos energéticos, de manutenção ... entre outros. -----

----- . Por outro lado o antigo “Recibo da Água” foi substituído por novo recibo designado

de “Factura/Recibo” enviado ao domicilio via CTT com discriminação de valores por tipo de serviço prestado, onde se detalha a Tarifa do Serviço de Água, Serviço de Esgotos e de Resíduos Sólidos. Este novo método veio alargar o leque de opções do modo de pagamento, passando a ser possível fazê-lo nas Juntas de Freguesia, por Transferência Bancária, MultiBanco ou na própria Câmara Municipal. -----

----- Ao longo de todo este processo foram acolhidas diversas sugestões e contributos de todos os quadrantes e sensibilidades políticas, bem como uma ampla e demorada discussão no colectivo da Câmara e na Assembleia Municipal. -----

----- Estes novos regulamentos surgiram na sequência de diversas insistências do Poder Central para que os Municípios apliquem o princípio do poluidor/utilizador-pagador, pois tal incumprimento poderia mesmo pôr em causa o acesso desses Municípios aos Fundos do Quadro Comunitário de Apoio III por comprovado incumprimento das directivas comunitárias e foram concebidos no âmbito da AMLA e do grupo técnico dos Municípios que dela fazem parte. -- -----

----- Esta orientação estratégica teve por base o conceito de regulamentos “tipo” na região do Alentejo Litoral em Sistema Intermunicipal uma vez que estabeleceram estratégias comuns no domínio dos Resíduos Sólidos – através da AMAGRA e da Ambilital, EIM e nos domínios das Águas de Abastecimento e das Águas Residuais através da AMLA e da LITÁguas, EIM na sequência de candidaturas de diversos investimentos ao Fundo de Coesão que só estão acessíveis a sistemas Intermunicipais e MultiMunicipais.-----

----- Sublinhe-se que a prestação de serviços aos cidadãos no domínio do saneamento básico (abastecimento de água para consumo humano, drenagem e tratamento de esgoto e recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos) é competência das autarquias, exclusivamente ou em ligação com sistemas multimunicipais ou intermunicipais. -----

----- Por outro lado, e de acordo com as regras comunitárias, em todos os sectores, e

também no Saneamento Básico, deve ser aplicado o princípio do poluidor/utilizador-pagador, ou seja, cada cidadão deve, por exemplo, pagar a água que gasta, pagar o serviço de recolha e tratamento do lixo e de drenagem e tratamento do esgoto que produz a um preço nunca inferior ao que esses serviços custam ao Município.-----

----- Recorde-se que foi neste contexto que o Sr Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente enviou um ofício a todos os Municípios em de 15 de Janeiro de 2003 onde referia; “... caso ainda não tenha implementado no município a que preside, um sistema de pagamento de tarifas que cubra os custos inerentes ao adequado funcionamento e controle dos sistemas em causa, venho por este meio convidá-lo a, com a máxima urgência, promover a tomada de decisões nesta matéria.”-----

----- O Ministro concluiu o ofício afirmando que, “...a curto prazo, os Municípios passarão a ser fiscalizadas pelos Serviços Governamentais para averiguarem se as autarquias estão a cobrar as tarifas de acordo com a orientação transmitida.”. E de facto o IRAR está a fazê-lo desde 2004!-----

----- Convém frisar ainda, que já se encontra estruturado o Plano Estratégico de Águas de Abastecimento e Saneamento de Águas Residuais - PEAASAR 2007-2013 – documento estratégico que define o âmbito e os objectivos do sector das águas para o próximo ciclo de financiamentos comunitários e onde se dá destaque fundamental à universalidade, continuidade e qualidade do serviço, à sustentabilidade do sector, e à protecção ambiental, sublinhando-se a necessária “recuperação integral dos custos incorridos dos serviços” e da necessária “solidariedade nacional e regional nas soluções adoptadas, contribuindo para o pagamento de serviços a um preço justo e adaptado ao poder de compra dos utilizadores ... privilegiando a adequada cobertura da população em detrimento da rentabilidade imediata dos investimentos”.-

----- O Município de Odemira desde sempre praticou “preços sociais” para o serviço de abastecimento de água reconhecendo as carências e dificuldades das populações. No entanto,

esta opção tem limites mínimos e não permite sustentabilidade e equidade por si só, para além de violar os princípios da OCDE e da União Europeia agora vertidos no PEAASAR, uma vez que um preço muito abaixo do custo induz a, designadamente; -----

----- . Promover o desperdício de um bem escasso que deve ser utilizado com racionalidade; -----

----- . Prejudicar o ambiente na medida em que fomenta o desperdício; -----

----- . Desrespeitar o princípio do poluidor/utilizador-pagador; -----

----- . É socialmente injusto, não considerando o poder de compra do consumidor; -----

----- . É Operacionalmente insustentável pois não cobre os custos de manutenção e renovação; -----

----- . É penalizador das gerações futuras que têm de fazer um esforço financeiro adicional na reabilitação dos sistemas entretanto mal geridos e mantidos. -----

----- Esta situação de insustentabilidade conduz a que as receitas geradas sejam canalizadas para os custos correntes – que não cobre totalmente, relegando para segundo plano os custos de investimento e de renovação do Património. -----

----- Importa igualmente realçar o custo real destes serviços actualmente, contabilizando-se para tal os custos de obtenção da água, de pessoal exclusivamente afecto a estes serviços, gastos de electricidade, gastos em material e equipamentos para manutenção/substituição, matérias primas aplicadas no tratamento, gastos em análises de controlo e despesas de Leitura e cobrança. -----

----- Desta forma concluí-se que os encargos actuais do Município para a água de abastecimento são de 1,20 Euros/m³, sendo 1,10 Euros/m³ para a drenagem e tratamento de Esgoto e 63,81 Euros/tonelada para os Resíduos Sólidos.-----

----- Note-se que a Autarquia suporta desde 2001 um custo anual da ordem dos 340.000,00 Euros à empresa Ambital,EIM correspondente a um pagamento para o ano de 2007 de 28,65

Euros/tonelada de Lixo entregue na Estação de Transferência com destino ao Aterro Sanitário de Ermidas e um valor de cerca de 200.000,00 Euros/ano de subvenção das recolhas selectivas implementadas. Note-se que a estes custos há a acrescer todos os encargos do sistema de deposição e recolha efectuado pela Município e que se estende a todo o concelho, sendo assegurado actualmente por cinco circuitos permanentes e reforçado com mais um circuito no período de Verão.-----

----- Por outro lado, o Relatório do PEAASAR II publicado em 10 Fevereiro de 2006, mostra que o sistema Tarifário de águas de Odemira se enquadra nos 44 Municípios de entre 308 que pratica uma Tarifa mínima abaixo de 0,40 Euros/m³, sendo insustentável a manutenção de uma tarifa base de 0,27 Euros/m³ praticada actualmente. No Alentejo Central (região com um PIB abaixo do Litoral Alentejano) e Algarve (região com um PIB ao nível do Litoral Alentejano) estes valores ultrapassam os 0,40 Euros/m³ para o 1º escalão e no 2º escalão os 0,80 Euros/m³.-----

----- Esta situação é igualmente evidente no Tarifário de Resíduos Sólidos praticado cuja comparação nos Estudos de elaboração do PERSU II demonstram que 1,23 Euros – para o 1º escalão, corresponde a 25% dos valores médios praticados nos sistemas de recolha e tratamento semelhantes ao Litoral Alentejano, designadamente no Alentejo Central e Algarve, sendo que este último ultrapassa os 5 Euros.-----

----- Refira-se ainda que o modo de fixação dos preços dos serviços de abastecimento de água, de drenagem e tratamento de águas residuais e de recolha e tratamento de resíduos sólidos deve ser encarado como um caminho para a sustentabilidade do sistema de gestão destes serviços, considerando as realidades locais nas vertentes sociais e ambientais; -----

----- Neste contexto, consideram-se na constituição dos tarifários três factores; Um de Sustentabilidade Económica e financeira, com destaque para o que diz a Lei da água e que introduz novos conceitos para o regime de tarifas no seu artº78 – nº1 “Assegurar

tendencialmente e em prazo razoável a recuperação do investimento inicial e de eventuais novos investimentos de expansão, modernização e substituição, deduzidos da percentagem das participações e subsídios a fundo perdido e ... assegurar a manutenção, reparação e renovação de todos os bens e equipamentos afectos aos serviços e outros encargos obrigatórios...”, ou seja, os custos e as receitas do sector têm de tender para um equilíbrio. O segundo factor de Sustentabilidade Ambiental deve incorporar nos preços destes serviços os custos ambientais e os custos de escassez embora a sua quantificação seja complexa e fortemente variável. Por último é essencial que o preço da água não incentive o desperdício e um terceiro factor de Sustentabilidade Social, sendo de considerar as assimetrias de qualidade de vida, criação de riqueza e desenvolvimento económico entre regiões e mesmo entre municípios, os tarifários devem ter em conta a sustentabilidade social, garantindo o acesso desse bem a toda a população, mesmo que estes não a possam pagar. -----

----- Assim, -----
----- À Tarifa média deve associar-se um sistema tarifário que contemple; -----
----- .Um valor fixo de disponibilidade do serviço;-----
----- .Um preço variável e função do consumo;-----
----- .Um escalão de preço variável baixo e acessível à população mais carenciada (incluindo mecanismos especiais de ponderação a reformados pensionistas, famílias numerosas e abaixo do limiar de pobreza), sendo de sublinhar que a este propósito o regulamento já contempla o desagravamento de tarifas para famílias numerosas, e que quanto ao tarifário a aplicar a famílias carenciadas, se propõe que estas situações de natureza social sejam alvo de candidatura no âmbito da Rede Social do Concelho de Odemira, devendo ser formuladas junto dos Serviços de Acção Social do Município onde serão instruídos os pedidos, analisados e propostos a decisão superior – por deliberação do colectivo Municipal, podendo ser considerado (quando julgado essencial) um apoio de 30% de desconto sobre a factura final dos

serviços de água, esgotos e resíduos sólidos a aplicar aos consumos do agregado familiar do requerente na sua habitação permanente. -----

----- Neste contexto, e porque as propostas de Alteração aos Regulamentos e Tarifários dos REGULAMENTOS MUNICIPAIS DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DE ÁGUAS RESIDUAIS E DE RESÍDUOS SÓLIDOS contemplam no essencial; -----

----- AJUSTAMENTOS DE TARIFÁRIOS FACE AO ACRÉSCIMO DE EXIGÊNCIAS LEGAIS, dos quais se destacam;-----

----- . Acréscimo de custos de Análises (aumento derivado ao tipo e periodicidade decorrentes das exigências do DL 243/2001 de 5 Set), e das implicações do aumento da Fiscalização pelo IRAR;-----

----- . Acréscimo de exigências de controlo e protecção das captações decorrentes do DL 58/2005 de 29 Dez – Lei da água; -----

----- . Acréscimo de exigências de controlo e tratamento das águas residuais decorrentes do DL 149/2004 de 22 Jun – que altera o DL 152/97 de 19 de Junho;-----

----- e AJUSTAMENTO DE TARIFÁRIOS FACE AO ACRÉSCIMO DE CUSTOS GERAIS, que se resumem;-----

----- . Na necessidade de cobrir os custos do sistema face aos acréscimos verificados na água na origem (aumento do preço pela ABMira e cobrança da água captada nos furos); -----

----- . No aumento significativo dos Custos energéticos (Electricidade e derivados do Petróleo); -----

----- . No aumento da Tarifa de Transferência e Tratamento de Resíduos Sólidos praticada pela Ambilital, EIM (passou de 24,33 para 28,65Euros/tonelada) a aplicar em 2007;-----

----- . Na necessidade de cobrir a subvensão do sistema Subrecicl da Ambilital, EIM em 45,23 Euros/tonelada de recicláveis - face às pequenas quantidades recolhidas pelo sistema; ----

----- e em AJUSTAMENTOS TENDENTES A UMA MAIOR JUSTIÇA SOCIAL,

destacando-se;-----

----- . A Diferenciação da poupança real ao longo de todo o ano da derivada da ausência prolongada de consumo;-----

----- . O Ajustamento do diferencial entre escalões, designadamente nos abaixo do custo real; ----

----- . e o Evidenciar das situações efectivamente sociais dos consumos provocados pela sazonalidade;-----

----- considera-se estar a contribuir para melhorar os regulamentos em vigor, tendendo para os princípios da OCDE e da União Europeia agora vertidos no PEAASAR 2007-2013, dando-lhes maior equilíbrio e justiça relativa na sua aplicação pelos diferentes tipos de consumidores e atenta a realidade muito específica do concelho, onde a água ainda é um bem escasso e precioso no interior do concelho, leia-se ; nas zonas não servidas a partir do canal da Barragem de Santa Clara, e como tal continua a ser essencial manter alguns factores de controlo de consumos excessivos – agravando-os na tarifa, como forma de garantir o abastecimento essencial às populações. -----

----- Em suma, por todas as razões apresentadas, propomos e aprovamos a alteração dos seguintes regulamentos supra referidos -----

----- Odemira, 7 Dezembro de 2006 -----

----- Os Eleitos do Partido Socialista;-----

-----a) António Manuel Camilo Coelho -----

-----a) José Alberto Candeias Guerreiro -----

-----a) Carlos Alberto Silva Oliveira -----

-----a) Hélder António Guerreiro “. -----

----- **2.4. - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO**-----

----- **2.4.1. - DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA** -----

----- 1 - **ASSUNTO N.º 1004-2006 - SOCIEDADE RECREATIVA E MUSICAL SANLUIZENSE - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO.** -----

----- Foi presente a informação nº 652, datada de 21 de Novembro de 2006, elaborada pela Divisão de Educação e Cultura, a informar que no ano lectivo de 2005/2006 a escola do 1º ciclo do ensino básico de S. Luís funcionou, durante os meses de Fevereiro, Março, Abril, Maio e Junho, nas instalações da Sociedade Recreativa e Musical S. Luizense, tendo sido pagas por esta entidade as despesas de electricidade inerentes ao seu funcionamento, despesas que competem ao Município. -----

----- Tendo em conta que o valor médio mensal da Sociedade se cifrava em 92,18 € (Noventa e dois euros e dezoito cêntimos) e com o funcionamento das 2 salas da EB 1 o valor médio mensal passou a ser de 232,48 € (duzentos e trinta e dois euros e quarenta e oito cêntimos), a diferença cifra-se em 140,30 € (cento e quarenta euros e trinta cêntimos), verba que deverá ser assumida pelo Município. -----

----- Propõe-se a atribuição de um subsídio no valor de 701,50 € (setecentos e um euros e cinquenta cêntimos) à Sociedade Recreativa e Musical S. Luizense para pagamento das despesas de electricidade inerentes ao funcionamento das turmas do 1º ciclo do ensino básico de S. Luís nas suas instalações. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos. -----

----- 2 - **ASSUNTO N.º 1005-2006 - CARTA EDUCATIVA.** -----

----- Foi presente a informação nº 681, datada de 30 de Novembro de 2006, elaborada pela Divisão de Educação e Cultura a remeter a “Carta Educativa” para aprovação da Excelentíssima Câmara. -----

----- Propõe-se que seja aprovada a Carta Educativa e remetida à Assembleia Municipal

para posterior aprovação daquele órgão. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar nos termos propostos, com os votos contra dos Senhores Vereadores da CDU – Coligação Democrática Unitária.-----

----- Os Senhores Vereadores Eleitos pela CDU – Coligação Democrática Unitária, apresentaram a Declaração de Voto, que seguidamente se transcreve: -----

----- “DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- Foi apresentado para apreciação e deliberação a Carta Educativa do Concelho de Odemira, elaborada por uma equipa da Escola Superior de Educação do Concelho de Beja e da Câmara Municipal de Odemira, que perspectiva e projecta a evolução demográfica e de procura escolar para os próximos 5 anos (até 2010/2011). -----

----- O conceito e metodologia da elaboração da proposta de carta educativa, a caracterização do Concelho, cenários e projecções, a proposta de reordenamento da Rede Educativa e o plano de monitorização, a nosso ver limitou-se a um levantamento do que existe, suas condições, uma proposta de investimentos a realizar para o que ficará e a aceitar as políticas impostas pela Administração Central na área da Educação. -----

----- Aceitar suspender escolas e jardins de infância, centralizar escolas praticamente nas sedes de freguesia, que continuarão a existir enquanto a Administração Central o entender admitir, propor investimentos que já deviam ter sido realizados aproveitando os Fundos Comunitários que estiveram disponíveis, não apresentar uma programação financeira temporal desses investimentos, é de facto redutor, é o aceitar a continuação da desertificação do nosso Concelho, é a não perspectiva de desenvolvimento e fixação de cidadãos, é aceitar claramente que o nosso Concelho não tem um futuro. -----

----- Porque conhecemos a nova Lei de Finanças Locais recentemente aprovada na Assembleia da República, em que o Governo se prepara entregar na área da Educação grandes

responsabilidades para os Municípios, entendemos que com esta carta educativa para vigorar nos próximos 5 anos, não foram nem estão devidamente acautelados os interesses da população do nosso Concelho.-----

----- Por todas as razões referidas, os eleitos da CDU no Executivo Municipal, votam contra a proposta de Carta Educativa para o Concelho de Odemira -----

----- Odemira, 2006.12.07 -----

----- Os eleitos da CDU, -----

----- Os eleitos da CDU -----

-----a) Cláudio José dos Santos Percheiro -----

-----a) Abílio José Guilherme Bejinha -----

-----a) Manuel da Silva Cruz”. -----

-----Os Senhores Vereadores Eleitos pelo Partido Socialista, apresentaram a Declaração de Voto, que seguidamente se transcreve: -----

----- “DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- Votamos favoravelmente a proposta de Carta Educativa porque acreditamos que Odemira tem um Futuro Seguro. -----

----- Há quase uma década que o Município elegeu a Educação como uma das suas mais fortes apostas, visando uma maior e melhor qualificação das suas gerações mais novas, debelando o atraso que se verificava a todos os níveis. Em 1998 as nossas crianças tinham materiais pedagógicos obsoletos, os mapas de Portugal eram do “Minho a Timor”, não existiam comunicações, os edifícios encontravam-se degradados, etc, etc. -----

----- Todas as escolas que foram suspensas obtiveram concordância unânime da Câmara Municipal. O Parque Escolar foi sendo gradualmente recuperado, sempre com base exclusiva no Orçamento Municipal ascendendo a 2.890.000 € as verbas já dispendidas. E nem se diga que não foram aproveitados Fundos Comunitários pois todo o Plano de Recuperação foi elaborado

antes do final de 2004, tendo única e exclusivamente sido por factos imputados à DREA – Direcção Regional de Educação do Alentejo ou à CCDR- Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional que ainda não fomos ressarcidos desse investimento.-----

----- A Carta Educativa e a estratégia que a mesma contempla é, ao contrário do que é afirmado na declaração de voto da Coligação Democrática Unitária, um acreditar no desenvolvimento do Concelho na medida em que configura uma aposta clara no bem mais importante do nosso território, como sejam: as pessoas. -----

----- A proposta estratégica para a educação em Odemira, parte integrante da Carta Educativa, construída com a participação de todos os actores educativos do território, é a afirmação clara de todos os agentes locais que existe um rumo e uma vontade colectiva de aumentar os níveis de educação e qualificação da população de Odemira. -----

----- Não temos medo de mais competências ou responsabilidades, pois só temos um fito, melhorar a vida de todos os Odemirenses. -----

----- Odemira, 07/12/2006 -----

----- Os eleitos do Partido Socialista -----

----- a)-António Manuel Camilo Coelho -----

----- a)-José Alberto Candeias Guerreiro-----

----- a)-Carlos Alberto Silva Oliveira-----

----- a)-Hélder António Guerreiro -----

----- **2.4.2. - DIVISÃO DE DESPORTO E TEMPOS LIVRES**-----

----- 1 - ASSUNTO N.º 1003-2006 - ASSOCIAÇÃO CULTURAL RIBEIRA DO SEISSAL E CAMPO REDONDO - APOIO FINANCEIRO-----

----- Foi presente a informação n.º 653, datada de 21 de Novembro de 2006, elaborada pela Divisão de Desporto e Tempos Livres, informando que a Associação Cultural Ribeira Seissal e Campo Redondo, através de ofício, solicitou uma verba para fazer face às despesas com a

aquisição de materiais de construção para a realização de melhoramentos nos seus balneários. --

----- Propõe-se a atribuição de um subsídio no valor de 1.500,00 € (mil e quinhentos euros).

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos. -----

----- APROVAÇÃO:- A presente acta foi aprovada em minuta no final da reunião, nos termos do n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

----- Eram vinte e uma horas e cinquenta e três minutos do dia sete de Dezembro de dois mil e seis. -----

----- ENCERRAMENTO: - Findos os trabalhos, o Senhor Presidente declarou, nos termos da Lei, encerrada a reunião, do que para constar se lavrou a presente acta que, depois de lida, vai ser devidamente assinada. -----

----- E eu, _____, Técnica Superior Ciência Política, a subscrevi. -----

ÍNDICE

1. - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA	1
1.1. - ADITAMENTO À ORDEM DE TRABALHOS	8
2. - ORDEM DO DIA	9
2.1. - ORGÃOS DA AUTARQUIA	9
2.1.1. - GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA	9
2.1.2. - DIV. CONTENCIOSO E ACESSORIA JURÍDICA	19
2.1.3. - DIVISÃO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL	20
2.1.3.1. - SECÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO	21
2.1.3.2. - SECÇÃO DE ACCÇÃO SOCIAL	22
2.2. - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO GERAL	25
2.2.1. - DIVISAO ADMINISTRATIVA	25
2.2.1.1. - SECCAO DE ADMINISTRACAO GERAL	25
2.2.1.2. - SECCAO DE NOTARIADO	27
2.2.2. - DIVISAO FINANCEIRA	28
2.2.2.1. - SECÇÃO DE CONTABILIDADE	29
2.2.3. - DIVISÃO DE APROVISIONAMENTO E GESTÃO DE STOCKS	30
2.2.3.1. - SECÇÃO DE PATRIMÓNIO	30
2.3. - DEPARTAMENTO TÉCNICO	34
2.3.1. - DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA	35
2.3.2. - DIVISÃO DE REDE VIÁRIA E ESPAÇOS URBANOS	43
2.3.3. - DIVISÃO DE AMBIENTE	44

2.4. - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	-----78
2.4.1. - DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	-----79
2.4.2. - DIVISÃO DE DESPORTO E TEMPOS LIVRES	-----82